

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

NICOLE COTRIN MILANI

JORNALISMO ESPORTIVO EM TEMPOS DE DIGITALIZAÇÃO:

Liberdade de Expressão, Ética Profissional e Pressões de Mercado

Juiz de Fora

2026

NICOLE COTRIN MILANI

JORNALISMO ESPORTIVO EM TEMPOS DE DIGITALIZAÇÃO:

Liberdade de Expressão, Ética Profissional e Pressões de Mercado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Bacharelado em Jornalismo da Faculdade
de Comunicação da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Bedendo

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Milani, Nicole Cotrin.

JORNALISMO ESPORTIVO EM TEMPOS DE DIGITALIZAÇÃO :
Liberdade de Expressão, Ética Profissional e Pressões de Mercado /
Nicole Cotrin Milani. -- 2026.
68 f. : il.

Orientador: Ricardo Bedendo

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2026.

1. jornalismo esportivo. 2. liberdade de imprensa. 3. liberdade de
empresa. 4. plataformas digitais. 5. autonomia jornalística. I.
Bedendo, Ricardo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa o encerramento de uma etapa muito importante da minha trajetória acadêmica e pessoal. Ao longo desse caminho, contei com o apoio de pessoas que contribuíram de diferentes formas para que esse momento fosse possível.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Adriana, por ter vindo de Santa Bárbara d'Oeste/SP para Juiz de Fora/MG e me dar todo o apoio necessário para que eu pudesse concluir este trabalho. Ao meu pai, Márcio, por todo o suporte que me permitiu permanecer em Juiz de Fora durante a graduação. Ao meu tio, Anderson, que foi o primeiro a me incentivar a vir para Juiz de Fora e a seguir o sonho de estudar na Universidade Federal de Juiz de Fora. A toda a minha família, agradeço pelo apoio, incentivo e compreensão ao longo de toda a graduação, especialmente nos momentos mais desafiadores. O carinho e a confiança de vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu namorado, Pedro Miguel, agradeço pelo companheirismo, pela paciência e pelo apoio durante toda essa etapa. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos de ansiedade, por acreditar em mim, por me incentivar a seguir em frente quando o caminho parecia mais difícil, por comemorar cada conquista e por me lembrar, tantas vezes, de que eu era capaz de chegar até aqui. Sua presença fez toda a diferença ao longo dessa caminhada.

Ao meu orientador, professor Ricardo Bedendo, agradeço pela orientação, pela disponibilidade, pelas contribuições ao longo da pesquisa e pela confiança depositada no meu trabalho. Seus ensinamentos foram essenciais para o desenvolvimento deste TCC.

Também agradeço aos professores Kérley e Gustavo, por aceitarem participar da banca de avaliação, pela disponibilidade, pela leitura deste trabalho e pelas contribuições que certamente enriquecerão esta pesquisa. Agradeço ainda aos professores da Faculdade de Comunicação da UFJF, que fizeram parte da minha formação e contribuíram para minha trajetória acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço a todos os amigos e colegas, especialmente à Taís, à Mayara e à Millena, que estiveram presentes durante toda essa caminhada. Cada incentivo, palavra de apoio e aprendizado compartilhado fizeram diferença para que este trabalho fosse concluído. A amizade de vocês tornou a minha trajetória na faculdade muito mais leve e divertida.

A todos, o meu muito obrigada!

RESUMO

A digitalização da comunicação modificou a prática jornalística e ampliou os desafios relacionados à autonomia profissional, à liberdade de imprensa e às pressões institucionais e econômicas. No jornalismo esportivo, essas transformações intensificaram debates sobre os limites da atuação dos jornalistas diante dos interesses empresariais e da circulação das informações no ambiente digital. Nesse contexto, esta pesquisa analisa como a digitalização reconfigura essas relações a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise comparativa. Para isso, são analisados dois casos: a saída de Juca Kfoury da direção da revista Placar, em 1995, e o afastamento temporário de jornalistas da ESPN após comentarem a reportagem da revista Piauí sobre denúncias envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 2025. A análise demonstra que, embora as formas de pressão sobre o jornalismo tenham se transformado ao longo do tempo, os conflitos entre autonomia jornalística e interesses empresariais permanecem. Conclui-se que o ambiente digital ampliou a circulação e a repercussão das informações, mas não eliminou os desafios relacionados à liberdade de imprensa e à independência editorial.

Palavras-chave: jornalismo esportivo; liberdade de imprensa; liberdade de empresa; plataformas digitais; autonomia jornalística.

ABSTRACT

The digitalization of communication has changed journalistic practice and expanded the challenges related to professional autonomy, freedom of the press, and institutional and economic pressures. In sports journalism, these transformations have intensified debates about the limits of journalists' work in the face of corporate interests and the circulation of information in the digital environment. In this context, this study analyzes how digitalization has reshaped these relationships through a qualitative approach based on a literature review and comparative analysis. To this end, two cases are examined: Juca Kfour's departure from Placar magazine in 1995 and the temporary suspension of ESPN journalists after commenting on a Piauí magazine report about allegations involving the Brazilian Football Confederation (CBF) in 2025. The analysis shows that, although the forms of pressure on journalism have changed over time, conflicts between journalistic autonomy and corporate interests remain. It is concluded that the digital environment has expanded the circulation and public visibility of information without eliminating the challenges related to freedom of the press and editorial independence.

Keywords: sports journalism; freedom of the press; freedom of enterprise; digital platforms; journalistic autonomy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CAPA DA ‘PLACAR’ Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 1970.....	35
FIGURA 2: ABERTURA DA MATÉRIA SOBRE A DEMISSÃO DO JOÃO SALDANHA.....	36
FIGURA 3: CAPA DA ‘PLACAR’ Nº 648, DE 22 DE OUTUBRO DE 1982.....	37
FIGURA 4: EDITORIAL "AS PÁGINAS MAIS TERRÍVEIS DO NOSSO FUTEBOL", PUBLICADO NA REVISTA ‘PLACAR’.....	38
FIGURA 5: CAPA DA ‘PLACAR’ Nº 656, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1982.....	40
FIGURA 6: ANÚNCIO DA “NOVA PLACAR” NA EDIÇÃO Nº 1101, DE MARÇO DE 1995.....	41
FIGURA 7: CAPA DA ‘PLACAR’ Nº 1102, DE ABRIL DE 1995.....	42
FIGURA 8: CAPA DA ‘PLACAR’ Nº 1106, DE AGOSTO DE 1995.....	44
FIGURA 9: MATÉRIA DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE A SAÍDA DE JUCA KFOURI DA REVISTA ‘PLACAR’.....	46
FIGURA 10: REPORTAGEM “COISAS EXTRAVAGANTES - UMA RADIOGRAFIA DA GESTÃO DE EDNALDO RODRIGUES NA CBF” PUBLICADA PELA REVISTA ‘PIAÚÍ’.....	48
FIGURA 11: COMENTÁRIO DE UMA USUÁRIA SOBRE O TEMA.....	49
FIGURA 12: COMENTÁRIO DE UM USUÁRIO PEDINDO O POSICIONAMENTO DO JORNALISTA ANDRÉ RIZEK.....	49
FIGURA 13: PUBLICAÇÃO DO ‘LANCE!’ SOBRE O COMENTÁRIO DO GALVÃO BUENO EM SEU PROGRAMA NA BAND.....	49
FIGURA 14: PUBLICAÇÃO DO GIAN ODDI SOBRE O PROGRAMA ‘LINHA DE PASSE’.....	51
FIGURA 15: MATÉRIA DA UOL SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS.....	52
FIGURA 16: MATÉRIA DA ESTADÃO SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS.....	53
FIGURA 17: PUBLICAÇÃO DE UM USUÁRIO DO X SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS DA ESPN.....	53
FIGURA 18: PUBLICAÇÃO DO JORNALISTA MARIO SABINO SOBRE O	

AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS DA ESPN.....	54
FIGURA 19: PUBLICAÇÃO DE UM USUÁRIO DO X SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS DA ESPN.....	54
FIGURA 20: PUBLICAÇÃO DO JORNALISTA JOSÉ TRAJANO SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS DA ESPN.....	55
FIGURA 21: PUBLICAÇÃO DE UMA PÁGINA DE FUTEBOL SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS DA ESPN.....	55
FIGURA 22: PUBLICAÇÃO DE UMA PÁGINA DE FUTEBOL SOBRE O AFASTAMENTO DOS JORNALISTAS DA ESPN.....	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. LIBERDADE DE IMPRENSA X LIBERDADE DE EMPRESA: CONCEITOS E SIMBOLOGIA.....	13
2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA E SUA ORIGEM DEMOCRÁTICA.....	13
2.2 LIBERDADE DE EMPRESA: CONCENTRAÇÃO MIDIÁTICA E O CONTROLE DA NARRATIVA.....	16
2.3 A ATUAÇÃO DAS LIBERDADES DE IMPRENSA E DE EMPRESA NO JORNALISMO ESPORTIVO.....	19
3. JORNALISMO SOB NOVAS “ARQUITETURAS”: VIGILÂNCIA, ALGORITMOS E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE NO AMBIENTE DIGITAL.....	22
3.1 NOVAS “ARQUITETURAS” DA COMUNICAÇÃO E A PLATAFORMIZAÇÃO DO JORNALISMO.....	23
3.2 MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS E A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	26
3.3 RESPONSABILIDADE JORNALÍSTICA NO AMBIENTE DIGITAL.....	28
4. JORNALISMO ESPORTIVO SOB PRESSÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CASOS JUCA KFOURI (1995) E ESPN (2025).....	32
4.1 METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE.....	32
4.2 O CASO JUCA KFOURI E A REVISTA PLACAR.....	34
4.3 O CASO DOS JORNALISTAS DA ESPN E A COBERTURA SOBRE A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL.....	47
4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS.....	57
5. CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A consolidação do ambiente digital nas últimas décadas provocou mudanças importantes no campo do jornalismo, alterando não apenas as formas de produção e circulação das notícias, mas também as relações de poder que atravessam a prática jornalística. No caso do jornalismo esportivo, esse processo se torna ainda mais evidente, já que se trata de um segmento historicamente marcado por grande visibilidade pública, forte apelo emocional e constante interação com o mercado e com o público.

Nesse contexto, os conceitos de “liberdade de imprensa” e “liberdade de empresa” se tornam centrais para compreender as tensões que surgem entre a autonomia jornalística e os interesses institucionais e econômicos. Embora relacionados, esses dois princípios nem sempre caminham juntos, especialmente quando as decisões editoriais são atravessadas por questões comerciais ou organizacionais, impactando diretamente o trabalho dos profissionais da comunicação.

Com o avanço das plataformas digitais, essas dinâmicas se intensificam. A circulação das notícias passou a ocorrer de maneira mais rápida e descentralizada, com maior participação do público e influência dos algoritmos na distribuição dos conteúdos. Isso também altera o papel do jornalista, que passa a lidar com as novas formas de exposição e pressão, não apenas nas redações, mas também em ambientes digitais marcados pelo engajamento constante e reações imediatas.

A escolha desse tema surgiu depois de uma conversa com o Pedro Miguel, meu namorado, e da leitura da reportagem publicada pela revista ‘Piauí’, além da repercussão do caso envolvendo o afastamento dos jornalistas da ESPN após comentarem sobre o assunto. A partir disso, ficou uma inquietação sobre como um episódio como esse pode acontecer em 2025: jornalistas sendo afastados por repercutirem notícias de corrupção. Isso levou a alguns questionamentos que acabaram guiando a pesquisa, como compreender se esse tipo de situação já aconteceu antes no jornalismo esportivo e de que forma outros profissionais da área também podem ter sofrido pressões, seja de instituições ou de interesses do mercado.

A escolha desse recorte se justifica pela importância de analisar como a autonomia jornalística é construída e tensionada em diferentes períodos históricos, especialmente em um cenário marcado pelas transformações provocadas pela digitalização da comunicação. Ao comparar casos separados por três décadas, a pesquisa busca compreender não apenas as mudanças nas formas de produção e circulação das notícias, mas também as permanências nas

disputas envolvendo liberdade de imprensa, liberdade de empresa e os limites da atuação profissional dos jornalistas.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira as transformações provocadas pela digitalização da comunicação impactam as relações entre liberdade de imprensa, liberdade de empresa e autonomia profissional no jornalismo esportivo brasileiro. Como objetivos específicos, busca compreender as mudanças provocadas pelo ambiente digital na prática jornalística, discutir como interesses institucionais e mercadológicos influenciam a atuação dos jornalistas e comparar dois episódios envolvendo profissionais da área em diferentes contextos históricos: a saída de Juca Kfoury da direção da revista Placar, em 1995, e o afastamento temporário de jornalistas da ESPN, em 2025, após comentários sobre denúncias envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Como recorte, a pesquisa concentra-se na análise desses dois casos, entendendo que, embora separados por três décadas e inseridos em contextos tecnológicos distintos, eles permitem compreender permanências e mudanças nas formas de pressão sobre o exercício do jornalismo esportivo.

Metodologicamente, a pesquisa é desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e de uma análise comparativa de dois episódios envolvendo jornalistas esportivos em contextos históricos distintos. No primeiro caso, são analisadas cinco capas da revista Placar, notícias relacionadas à saída de Juca Kfoury da publicação e o contexto editorial da revista durante o período em que o jornalista atuava como diretor. No segundo, são analisadas as edições do programa Linha de Passe relacionadas às denúncias envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), bem como a repercussão pública do caso nas plataformas digitais e na mídia esportiva.

Ao comparar esses dois momentos, a pesquisa identifica continuidades e transformações nas formas de controle editorial, das pressões institucionais e nas condições de produção e circulação das informações no jornalismo esportivo, evidenciando como as mudanças tecnológicas reconfiguram as relações entre autonomia profissional, interesses econômicos e responsabilização pública.

Para a construção do referencial teórico, a pesquisa foi desenvolvida a partir de três eixos principais. O primeiro eixo reúne autores que discutem a liberdade de imprensa, a liberdade de empresa e a ética jornalística, conceitos fundamentais para compreender as tensões entre a autonomia dos jornalistas e os interesses institucionais e econômicos que envolvem a prática profissional. Nesse debate, destacam-se as contribuições de Bucci (2008;

2013), Venício Lima (2012) e Peruzzo (2002), que auxiliam na compreensão das relações entre jornalismo, mercado e responsabilidade social da imprensa.

O segundo eixo aborda as transformações provocadas pela digitalização do jornalismo, principalmente a partir das discussões sobre a plataformização da comunicação, os algoritmos e as novas formas de circulação das notícias. Esses estudos contribuem para entender como as plataformas digitais passaram a influenciar a produção, a distribuição e o consumo das informações, além de criarem novos desafios para os jornalistas em um ambiente marcado pela velocidade, pela exposição e pela pressão por engajamento. Para essa discussão, são utilizados autores como Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), Recuero (2019), Roxo (2022), Winkes e Longhi (2022), Maia (2020) e Zart (2023).

O terceiro eixo está relacionado aos casos analisados nesta pesquisa, reunindo autores e referências que auxiliaram na compreensão dos contextos históricos e midiáticos dos episódios estudados. No caso da revista Placar, essas referências permitiram compreender a trajetória da publicação no jornalismo esportivo brasileiro, suas transformações editoriais e o contexto da saída de Juca Kfoury em 1995. Já no caso envolvendo a reportagem da revista Piauí e o afastamento temporário de jornalistas da ESPN, foram utilizadas referências que ajudaram a analisar as relações entre jornalismo esportivo, instituições, interesses econômicos e os impactos da circulação das informações no ambiente digital. Nesse eixo, destacam-se autores como Gomes (2005), Unzelte (2015), Leal e Mesquita (2021) e Abreu (2025).

No segundo capítulo, apresenta-se uma fundamentação teórica da pesquisa. Inicialmente são abordados os conceitos de liberdade de imprensa e liberdade de empresa, destacando suas diferenças e os conflitos que surgem quando os interesses econômicos se sobrepõem ao interesse público. O capítulo também discute como essas duas formas de liberdade se manifestam no jornalismo esportivo e influenciam a atuação dos jornalistas e a produção das notícias.

O terceiro capítulo discute as transformações provocadas pela digitalização no jornalismo e os impactos desse processo na prática jornalística. Ao longo do capítulo, são apresentadas as mudanças relacionadas à plataformização do jornalismo, à produção, circulação e consumo das notícias e aos novos desafios enfrentados pelos jornalistas em um ambiente marcado pela velocidade, participação do público e pelas dinâmicas das plataformas digitais.

O capítulo 4 é dedicado à análise dos casos selecionados para essa pesquisa, começando pela saída de Juca Kfoury da direção jornalística da Revista Placar, em 1995, em um contexto marcado pela ditadura militar e pelas restrições à liberdade de imprensa da

época. Logo depois, é analisado o caso motivado pela reportagem publicada pela revista ‘Piauí’ sobre as denúncias envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que terminou com o afastamento temporário de jornalistas da ESPN. Primeiro, são apresentadas as contextualizações de cada um dos episódios, situando os acontecimentos nos seus respectivos contextos históricos e midiáticos, de forma a entender as condições em que eles estão inseridos. Depois, o capítulo parte para uma análise comparativa entre os dois acontecimentos, buscando perceber continuidades e mudanças nas formas de autonomia jornalística, nas pressões institucionais e na circulação da informação no jornalismo esportivo.

Capítulo 2

LIBERDADE DE IMPRENSA X LIBERDADE DE EMPRESA: CONCEITOS E SIMBOLOGIA

O jornalismo cumpre uma função social essencial: informar, educar e contribuir para a formação da opinião pública, atuando diretamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática. A atuação do jornalista, portanto, não se limita à simples transmissão de informações. É necessário interpretar os fatos, analisá-los criticamente e promover o debate público, garantindo o acesso à informação e dando voz a diferentes perspectivas.

Nesse sentido, para que o exercício crítico da profissão seja possível, é fundamental assegurar um dos pilares centrais do jornalismo: a liberdade de imprensa. No entanto, ao se observar essa liberdade em um contexto marcado pela predominância de empresas privadas com interesses econômicos, emerge outra questão igualmente relevante: a liberdade de empresa. Compreender a diferença entre esses dois conceitos é essencial para analisar as tensões e contradições presentes no jornalismo contemporâneo, especialmente no jornalismo esportivo, área permeada por interesses comerciais de clubes, conglomerados de mídia e patrocinadores que, muitas vezes, se sobrepõem ao interesse público. Soma-se a isso as pressões políticas, evidenciadas em casos de corrupção envolvendo grandes entidades esportivas, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), denunciados pela revista ‘Piauí’¹.

Diante disso, torna-se imprescindível discutir os conceitos e a simbologia que envolvem a liberdade de imprensa e a liberdade de empresa, analisando como esses dois elementos se manifestam e se confrontam no jornalismo esportivo. Busca-se compreender de que forma essas liberdades impactam o trabalho jornalístico e até que ponto o profissional pode exercer uma postura crítica e autônoma em um ambiente marcado por pressões mercadológicas e institucionais.

2.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA E SUA ORIGEM DEMOCRÁTICA

A origem do conceito de liberdade de imprensa que conhecemos hoje é proveniente do iluminismo, no século XVIII, que disseminou as ideias de liberdade de expressão e de imprensa como valores de grande importância para o desenvolvimento do indivíduo e da

¹ Disponível em: <<https://piaui.uol.com.br/revista/223/uma-radiografia-da-gestao-de-ednaldo-rodrigues-na-cbf/>>
Acesso em: 22 jul. 2025.

sociedade. Esse movimento não se restringiu somente ao campo teórico, também influenciou mudanças políticas em todo o mundo, como a Revolução Francesa. Segundo Lima (2012), a liberdade de imprensa se consolidou como um princípio associado à defesa dos direitos individuais e ao funcionamento das sociedades democráticas.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) é um dos principais textos dessa época, ela define direitos coletivos e individuais que influenciaram inúmeros documentos contemporâneos, como a Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). A Declaração define a liberdade de comunicação como um dos mais importantes direitos do homem.

Art. 11 - A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei. (França, 1789, tradução nossa).²

A liberdade de imprensa é um dos fundamentos das sociedades democráticas, ao garantir que a informação circule de forma livre, plural e crítica, sendo um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. É o direito de que um indivíduo possa publicar, divulgar e acessar informações através dos meios de comunicação em massa, sem que haja interferências do Estado.

De acordo com Eugênio Bucci (2013), a liberdade de imprensa é mais do que um direito: é um dever público e profissional. Esse princípio não é somente um benefício que o jornalista possa reivindicar, mas uma obrigação com a sociedade, uma condição essencial para o jornalismo cumprir a sua função crítica e informativa. “Os jornalistas e os órgãos de imprensa não têm o direito de não ser livres, não têm o direito de não demarcar a sua independência a cada pergunta que fazem, a cada passo que dão, a cada palavra que escrevem” (Bucci, 2013, p. 11).

Bucci (2008) reforça que o jornalismo, para cumprir sua função democrática, deve servir ao interesse público, ou seja, estar comprometido com o direito do cidadão à informação verdadeira, objetiva e crítica. Nessa perspectiva, a liberdade de imprensa não é somente o direito de publicar, mas sim o dever de informar com independência e responsabilidade. Como defende o autor: “O jornalismo é jornalismo quando verdadeiramente subordinado ao direito à informação do cidadão. [...] É para melhor atender a esse direito que

² No original: Art. 11 - La libre communication des pensées et des opinions est un des droits les plus précieux de l'homme ; tout citoyen peut donc parler, écrire, imprimer librement, sauf à répondre de l'abus de cette liberté dans les cas déterminés par la loi.

ele precisa ter compromisso com a verdade, ser objetivo, ser crítico” (Bucci, 2008, p. 18). Logo, esse princípio não deve ser considerado um privilégio de empresas ou profissionais, mas sim como um instrumento a serviço da cidadania.

Apesar dessa dimensão ética e pública, a realidade do mercado midiático brasileiro impõe limites importantes. Venício A. de Lima (2012) aponta para a necessidade de diferenciar liberdade de expressão, de imprensa e de empresa. Para o autor, ocorre uma confusão proposital desses conceitos, amplamente difundida pelos meios de comunicação. Essa confusão beneficia as empresas de mídia, que utilizam o discurso da liberdade para defender os interesses econômicos privados e rejeitar qualquer tipo de regulação. Logo, quando afirmam que a liberdade de imprensa está em risco, as empresas de comunicação estão apenas reafirmando a sua liberdade empresarial.

A primeira se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão. A segunda, à liberdade da ‘sociedade’ e/ou de empresas comerciais – a imprensa ou a mídia – de tornar público o conteúdo que consideram ‘informação jornalística’ e entretenimento. (Lima, 2012, p. 21)

A liberdade de imprensa, como direito constitucional, não pode ser desvinculada de outros princípios essenciais à democracia, como ética e cidadania. Cicilia M. Krohling Peruzzo (2002) afirma que esse direito deve ser entendido como algo além do uso exclusivo das grandes mídias. Para a autora, a comunicação democrática exige mais do que somente informar, também é preciso ser informado e de fazer parte do processo comunicacional, ou seja, a liberdade de imprensa só cumpre a sua função social quando promove o amplo acesso à informação e permite que inúmeros indivíduos se expressem.

O meio de comunicação social, antes de ser empresa privada (destinada a gerar lucros para seus proprietários) ou órgão público (a serviço de governos), é um bem público, cuja utilização deve estar a serviço da coletividade. O produto do meio de comunicação não é como um sapato de uso externo, descartável quando incomoda o usuário. Ele tem o potencial de interferir nos valores e na formação da cultura, principalmente das crianças e adolescentes. (Peruzzo, 2002, p. 74)

A dimensão pública da liberdade de imprensa também pode ser entendida a partir da teoria da esfera pública de Jürgen Habermas. Na obra ‘Mudança Estrutural da Esfera Pública’ (1962), o autor investiga o surgimento e o declínio do que denomina de “esfera pública burguesa”, um espaço social no qual indivíduos se reúnem para discutir racionalmente assuntos de interesse coletivo. Para Habermas, esse espaço só é concretizado quando há acesso à informação e a possibilidade de debate crítico.

O autor destaca que a imprensa possui um papel fundamental na consolidação da esfera pública, ao tornar o fluxo de informações acessível ao público. “Só existe uma imprensa em sentido estrito a partir do momento em que a transmissão de informações regularmente torna-se pública, ou seja, torna-se por sua vez acessível ao público em geral” (Habermas, 2003, p.30). A imprensa possui a função de mediar a relação entre o Estado e sociedade civil, promovendo o uso da razão e contribuindo para a formação da opinião pública.

Apesar de ser um direito assegurado constitucionalmente, no cenário atual do país, essa liberdade encontra desafios que comprometem a sua efetividade. Para os autores Carvalho e Figueira (2022), os limites à liberdade de imprensa se manifestam tanto por meio de fatores estruturais, como heranças autoritárias, dependência econômica e fragilidade institucional, quanto pela convivência de empresas jornalísticas com interesses políticos e comerciais. Essa dinâmica revela uma forma de censura velada, exercida internamente aos meios de comunicação, por meio da omissão de pautas, da autocensura e do afastamento de profissionais críticos.

2.2 LIBERDADE DE EMPRESA: CONCENTRAÇÃO MIDIÁTICA E O CONTROLE DA NARRATIVA

No Brasil, a concentração da mídia ainda é alarmante: segundo o Monitoramento da Propriedade de Mídia (2017) – financiada pelo governo alemão e realizada em conjunto com a ONG Intervenções e Repórteres Sem Fronteiras (RSF) – somente cinco famílias controlam metade dos principais veículos de comunicação com maior audiência do país. Dos 50 veículos analisados, 26 pertencem a esses grupos empresariais. A pesquisa acompanha o ranking de Risco à Pluralidade da Mídia do RSF, no qual o Brasil ocupa o último lugar, apresentando uma baixa pluralidade de mídia. Esse cenário evidencia o que Venício A. de Lima (2012) menciona em seu livro ‘Liberdade De Expressão X Liberdade de Imprensa’ a confusão proposital entre os conceitos de liberdade de imprensa e liberdade de empresa, utilizada para legitimar o monopólio da informação.

Nos anos 1990, cerca de nove grupos de empresas familiares controlavam a grande mídia. As famílias eram Abravanel (SBT) Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folhas), Levy (Gazeta), Marinho (Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Band). Hoje, este número está reduzido a cinco. (Lima, 2012, p. 104)

Os monopólios de mídia brasileiros afirmam que o Estado coloca em risco a liberdade de expressão, ocorrendo, dessa maneira, uma mistura dos conceitos, sendo que as próprias empresas ameaçam a liberdade. A falta de diversidade de informação ocasiona uma limitação do desenvolvimento de senso crítico dos indivíduos. Venício (2012) busca desfazer essa confusão apontando quem realmente detém esse direito e também explica de que maneira a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) possibilita combater o monopólio e limitar o poder das grandes empresas de comunicação que exploram as transmissões públicas.

Dentro da realidade histórica globalizada do nosso tempo, a censura foi em parte privatizada e a origem do cerceamento da liberdade de expressão não pode mais ser atribuída somente ao Estado. Muitas vezes ela tem sua origem no poder econômico privado ou na autocensura. (Lima, 2012, p. 126/127)

Quem também pontua a respeito do monopólio midiático é Cicilia M. Krohling Peruzzo (2002). Ela aponta a submissão dos conteúdos jornalísticos e culturais aos interesses empresariais em diversos formatos, como, por exemplo, em telenovelas que moldam sua trama conforme a audiência. “A liberdade de imprensa, garantida pela Constituição do Brasil, acaba por ser condicionada a um jogo de interesses mercadológicos e privilegiar apenas as elites, porque é delas o controle majoritário dos grandes meios de comunicação social do país” (Peruzzo, 2002, p. 76/77).

Além disso, Peruzzo (2002) argumenta que os conceitos de liberdade de opinião e de expressão devem ser entendidos como direitos humanos fundamentais e não como privilégios restritos aos grandes meios de comunicação. Para ela, esse direito está diretamente relacionado ao exercício da cidadania, e deve envolver também os acessos à produção e gestão dos meios de comunicação.

A diferença: de meros ouvintes, telespectadores ou leitores, as pessoas – por intermédio de suas organizações coletivas – passam a ser as produtoras e emissoras de mensagens. O acesso do cidadão como produtor, emissor e gestor da comunicação é um caminho para o exercício da cidadania em sua dimensão cultural. (Peruzzo, 2002, p. 81)

A liberdade de empresa na comunicação se torna mais evidente na publicidade, a qual sua função não é de informar o indivíduo, mas sim de persuadir o consumidor. Dessa forma, Bucci e Augusto Jr. (2012) evidenciam que “a publicidade, enfim, é uma extensão do comércio [...]. Ela é uma atividade acessória que existe para maximizar o alcance dos objetivos de negócios” (Bucci; Augusto Jr., 2012, p.39). Esta distinção é necessária para

compreender que a liberdade de empresa visa a promoção de marcas, produtos e serviços, e não ao interesse público, é uma lógica diretamente submetida ao mercado.

Os setores empresariais utilizam frequentemente o argumento da liberdade de expressão para se opor a qualquer tentativa de regulamentação das mídias. Bucci e Augusto Jr. (2012) avisam que restringir determinadas campanhas publicitárias, como as que incentivam o consumo de álcool ou de alimentos não saudáveis entre crianças, não configura censura, mas sim proteção ao interesse coletivo. Como Roberto Civita reconheceu: “há restrições à publicidade que fazem sentido” (apud Bucci; Augusto Jr., 2012, p.42), evidenciando que a liberdade de imprensa não pode ser comparada à liberdade de empresa, já que seus objetivos e impactos sociais são diferentes.

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) é um exemplo de tentativa do mercado de estabelecer limites éticos à atuação empresarial. Bucci e Augusto Jr. (2012) afirmam que o CONAR é “uma experiência que pode ser considerada um êxito” (Bucci; Augusto Jr., 2012, p.40), pois atua realizando a mediação entre a liberdade comercial e a responsabilidade social, principalmente diante de públicos vulneráveis. No entanto, o fato de existir essa entidade demonstra que a atuação empresarial em ambientes comunicacionais não é, nem deve ser plenamente autônoma e irrestrita.

Quando os interesses comerciais ultrapassam a publicidade e começam a interferir diretamente nos conteúdos jornalísticos, comprometem a independência editorial e ameaçam o direito à informação do cidadão. Como alertam Bucci e Augusto Jr. (2012, p.46), “todos os códigos de ética de imprensa se ocupam largamente de prevenir conflitos de interesse entre a redação e a área comercial”, reforçando que a separação entre as liberdades é uma condição indispensável para a saúde democrática da mídia. Logo, é preciso reconhecer que os limites da liberdade de empresa também são uma forma de defender a liberdade de imprensa.

A matéria “Liberdade de imprensa ou liberdade de empresa?”, publicada no *Le Monde Diplomatique Brasil*, aprofunda o debate ao evidenciar de que maneira o conceito de liberdade de imprensa tem sido manipulado por interesses empresariais e políticos no contexto brasileiro recente. Em vez de fortalecer o jornalismo, o que se observa é a manipulação do conceito para justificar as práticas de concentração midiática, cerceamento do contraditório e manutenção do monopólio da narrativa pública. A crítica à imprensa tradicional se torna uma tática política, mas não no sentido de exigir mais transparência e pluralidade, mas sim de fragilizá-la ainda mais, abrindo espaço para discursos autoritários e desinformação. O que está em jogo não é a liberdade de imprensa em seu sentido democrático, mas a imposição da chamada liberdade de empresa.

A reportagem também traz dados do histórico Relatório MacBride, da UNESCO, que nos anos 1980 alertava para os riscos da concentração midiática. A crítica central do relatório ainda se mantém atual: poucos conglomerados possuem o poder de definir o que é notícia, quais pautas têm visibilidade e quais vozes são silenciadas. Esse controle editorial não limita somente a pluralidade de ideias, como ameaça a própria noção de esfera pública democrática. Tal lógica reforça os argumentos de Venício A. de Lima (2012): a liberdade de imprensa, ao ser apropriada pelas grandes corporações, perde seu caráter de direito coletivo e se transforma em privilégio econômico, atrelado à lógica do mercado.

Ao longo dos textos, os jornalistas reforçam que a liberdade de imprensa deve ser entendida como um direito do cidadão de acesso à informação qualificada, diversa e crítica e não como um poder exclusivo dos donos de empresas de comunicação. Quando confundida com o conceito de liberdade empresarial, esse direito perde sua essência, e atende a interesses econômicos e não ao bem comum. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de diferenciar esses conceitos para a democracia poder se sustentar sobre a base de uma comunicação plural, transparente e comprometida com o interesse público e não com as conveniências do mercado.

2.3 A ATUAÇÃO DAS LIBERDADES DE IMPRENSA E DE EMPRESA NO JORNALISMO ESPORTIVO

A tensão entre a liberdade de imprensa e liberdade de empresa ganha contornos específicos no jornalismo esportivo, área muitas vezes tratada como mero entretenimento, mas que carrega significados sociais, culturais e econômicos profundos. A cobertura esportiva, embora deva seguir os mesmos princípios éticos do jornalismo tradicional, está frequentemente submetida a interesses comerciais de patrocinadores, clubes, emissores e plataformas de mídia.

De acordo com Eugênio Bucci (2011), “a liberdade de imprensa é uma prerrogativa da sociedade, não da empresa jornalística”. Essa afirmação se aplica diretamente ao jornalismo esportivo, em que as redações podem encontrar dificuldades em criticar instituições ou atletas que mantêm relações econômicas com o veículo. Isso representa uma limitação concreta da liberdade de imprensa diante da lógica empresarial que dita as regras da comunicação.

Venício A. de Lima (2012) aponta que a concentração da mídia brasileira nas mãos de poucos grupos contribuiu com a padronização dos discursos e limita a pluralidade de opiniões. No esporte, isso se traduz na supervalorização de determinadas pautas, como rivalidades, resultados e idolatrias, em detrimento de pautas mais estruturais, como racismo,

corrupção, desigualdade ou violência no esporte O critério editorial se subordina à lógica da audiência e ao apelo comercial, restringindo, dessa forma, o papel crítico do jornalismo.

Essa discussão também envolve a própria transformação da imprensa em uma atividade empresarial. Segundo Miranda (2018), o desenvolvimento da imprensa moderna modificou a relação entre jornalismo e mercado, fazendo com que a circulação das informações passasse a depender da capacidade econômica daqueles que controlavam os veículos de comunicação. Dessa forma, a imprensa deixou de estar vinculada apenas à manifestação de ideias e passou a integrar uma estrutura empresarial, na qual os proprietários dos meios de comunicação passaram a exercer influência sobre os caminhos editoriais das publicações.

Ao discutir essa questão, Rossi (1980) afirma:

A grande discussão dos anos 80 e que deve invadir também os anos 90 é o fato de que parece haver mais liberdade de empresa do que liberdade de imprensa. Ou seja, os donos dos meios de comunicação são livres para veicular o que lhes parece mais conveniente, mas os jornalistas que trabalham nesses veículos têm uma liberdade incomparavelmente menor. (Rossi, 1980, p. 21)

A partir dessa perspectiva, observa-se que a liberdade de empresa, embora seja necessária para a organização e manutenção dos veículos de comunicação, também pode influenciar as decisões editoriais, limitando a autonomia dos jornalistas e evidenciando as tensões entre a liberdade de empresa e a liberdade de imprensa.

Raquel Paiva (2004) ressalta que o jornalismo esportivo não pode ser visto somente como um espaço de evasão, mas sim como um campo político de disputas simbólicas, em que se constroem narrativas de identidade, pertencimento e poder. A partir disso, a restrição da liberdade jornalística impulsionada pela lógica mercadológica afeta diretamente o modo como o público compreende o esporte e seus protagonistas.

Neste contexto, chamam a atenção casos, como o de Juca Kfoury, que deixou a revista ‘Placar’ após incompatibilidade na linha editorial, que passou a evitar abordagens críticas, e os recentes afastamentos de seis jornalistas da ESPN do programa ‘Linha de Passe’, após eles repercutirem a notícia de corrupção da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), denunciados pela revista Piauí. Ambos os episódios evidenciam como o jornalismo esportivo está vulnerável a interesses corporativos, ainda que sob a aparência de liberdade de expressão.

A literatura estudada nos mostra, portanto, que tais fatos não se tratam de casos isolados, mas sim de sintomas de uma estrutura comunicacional no qual os limites da liberdade de imprensa são moldados por dinâmicas de mercado. A atuação crítica do

jornalista, essencial para a democracia, é condicionada pelas relações institucionais e financeiras dos veículos de comunicação com o universo esportivo. O que está em jogo, assim, não é somente a autonomia do profissional, mas sim o direito da sociedade a uma informação plural, investigativa e independente.

As tecnologias digitais da informação e da comunicação ampliam os espaços para o exercício das liberdades de imprensa e de expressão. Por outro lado, ao potencializarem o alcance e a velocidade da circulação de conteúdos, também impõem responsabilidades mais profundas na condução ética e crítica do processo comunicativo.

Capítulo 3

JORNALISMO SOB NOVAS “ARQUITETURAS”: VIGILÂNCIA, ALGORITMOS E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE NO AMBIENTE DIGITAL

O avanço dos meios digitais e a consolidação da internet no cotidiano da população vêm fortalecendo as novas “arquiteturas” da comunicação e transformando significativamente a prática jornalística. Mais do que ampliar os canais de produção e circulação de conteúdo, essas mudanças alteram as próprias condições nas quais o jornalismo é produzido, distribuído e consumido.

Nesse cenário, o campo jornalístico passa a operar em um ambiente marcado pela centralidade das plataformas digitais, pela mediação algorítmica e pela intensificação dos fluxos informacionais. Roxo (2022) destaca que o jornalismo em rede passa a disputar espaço com múltiplas narrativas produzidas e disseminadas nas plataformas digitais, enfraquecendo a centralidade tradicional do jornalismo como principal mediador da informação pública.

Essas transformações não podem ser entendidas apenas como avanços tecnológicos. Segundo Roxo (2022), o jornalismo em rede passa por um processo de reconfiguração estrutural, no qual as plataformas digitais não apenas distribuem conteúdo, mas também interferem diretamente na circulação da informação e nas condições de legitimidade do jornalismo. Assim, se torna necessário compreender de que maneira essas novas “arquiteturas” interferem na prática profissional, nos critérios de visibilidade e nos limites da atuação jornalística.

No jornalismo esportivo, essas mudanças assumem características mais específicas. Maia (2020) destaca que o esporte ocupa uma posição de destaque nas dinâmicas digitais devido à sua capacidade de mobilização emocional e de engajamento do público. A autora aponta que a cobertura esportiva estabelece forte conexão com a audiência por meio das emoções, rivalidades e identificações coletivas, fatores que contribuem para a intensa circulação e repercussão dos conteúdos nas plataformas digitais.

Nesse contexto, a cobertura em tempo real e a intensa participação do público ampliam conflitos, posicionamentos e debates envolvendo jornalistas esportivos, alterando não apenas o alcance das notícias, mas também os limites da atuação profissional no ambiente digital. Segundo Zart (2023), a instantaneidade das plataformas digitais e a ampliação da circulação de conteúdos esportivos alteram significativamente as formas de produção, consumo e repercussão das notícias no ambiente digital.

3.1 NOVAS “ARQUITETURAS” DA COMUNICAÇÃO E A PLATAFORMIZAÇÃO DO JORNALISMO

A ideia de novas “arquiteturas” da comunicação está diretamente ligada ao processo de plataformação, entendido como a incorporação das plataformas digitais às dinâmicas sociais, econômicas e culturais contemporâneas, reorganizando não apenas a circulação de conteúdos, mas também as formas de produção, interação e consumo de informação no ambiente digital (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020). Nesse cenário, as plataformas deixam de ser apenas intermediárias e atuam como estruturas centrais na organização da comunicação.

Segundo Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), as plataformas não apenas mediam a circulação da informação, mas estruturam as condições em que essa circulação acontece. O fluxo informacional passa a ser atravessado por sistemas de algoritmos que definem o que ganha visibilidade, quais conteúdos possuem maior alcance e quais temas circulam com mais intensidade. Dessa forma, a lógica de distribuição deixa de depender exclusivamente de decisões editoriais internas e é influenciada por critérios externos baseados em desempenho e engajamento.

Roxo (2022) acrescenta que essa reorganização de ecossistema informacional intensificou a circulação de narrativas paralelas que disputam diretamente a legitimidade e a autoridade do discurso jornalístico. Nesse ambiente, o jornalismo deixa de ocupar uma posição central exclusiva na mediação da realidade social e convive com múltiplos atores capazes de produzir e disseminar informações em larga escala.

No jornalismo, esse processo altera as dinâmicas de produção e circulação das notícias. A visibilidade dos conteúdos passa a depender de métricas como curtidas, compartilhamentos, comentários e tempo de permanência, influenciando diretamente o alcance das publicações. Com isso, os critérios tradicionais de noticiabilidade passam a coexistir com a lógica das plataformas, frequentemente tensionados pelas dinâmicas de desempenho e engajamento. Para Roxo (2022), essa lógica de propagabilidade pode gerar impactos na credibilidade jornalística e no compromisso com o interesse público.

Essa reconfiguração também modifica a relação entre os veículos de comunicação e o público. As plataformas concentram dados sobre o comportamento dos usuários, transformando a audiência em um conjunto de informações utilizadas pelos sistemas de recomendação e direcionamento de conteúdo. Como consequência, os veículos jornalísticos passam a depender cada vez mais dessas estruturas para garantir alcance, visibilidade e sustentação econômica.

As transformações promovidas pelas plataformas digitais também alteram hábitos cotidianos e formas de sociabilidade. Ao discutirem os regimes de informação algorítmicos no contexto neoliberal, Santana, Mercês e Neves (2025), com base em Han (2015), destacam que a contemporaneidade é marcada por uma lógica de desempenho pautada na produtividade, na aceleração e na otimização constante do tempo. Nesse cenário, as tecnologias digitais passam a ocupar diferentes dimensões da vida cotidiana, mediando relações sociais, práticas de consumo e formas de comunicação.

Nesse contexto, as plataformas digitais oferecem serviços associados à praticidade, rapidez e personalização, tornando-se cada vez mais presentes na rotina dos indivíduos. Conforme observam Santana, Mercês e Neves (2025), essas plataformas também coletam continuamente dados sobre os comportamentos e interações dos usuários, influenciando os processos de produção e circulação da informação no ambiente digital.

Nesse cenário, também se transformam as formas de consumo de notícias. Roxo (2022) destaca que a circulação informacional passa a ocorrer de maneira cada vez mais descentralizada e dependente das plataformas digitais. Assim, o acesso às notícias deixa de ocorrer prioritariamente pelos meios tradicionais e passa a acontecer em plataformas como Instagram, Facebook, TikTok e X (antigo Twitter), nas quais os conteúdos circulam de forma contínua, personalizada e orientada pelos sistemas algorítmicos.

Barros et al. (2021) apontam que essa dependência se reflete diretamente nas rotinas produtivas do jornalismo, com a crescente centralidade das métricas na definição de estratégias editoriais. Indicadores, como alcance, engajamento e cliques, deixam de funcionar apenas como formas de mensuração e influenciam decisões sobre o que será publicado, como será publicado e quais temas receberão maior destaque.

No jornalismo esportivo, essa lógica se intensifica devido ao alto nível de interação do público. Maia (2020) ressalta que o jornalismo esportivo historicamente possui forte capacidade de atrair audiência e anunciantes, fator que contribui para sua centralidade nos veículos de comunicação. No ambiente digital, essa característica se amplia diante da lógica de circulação baseada em engajamento e consumo rápido de conteúdos.

A busca por visibilidade nas plataformas favorece conteúdos com maior potencial de circulação e engajamento. Nesse cenário, materiais mais opinativos, emocionais ou polêmicos tendem a alcançar maior destaque, o que pode tensionar os critérios tradicionais de seleção e hierarquização das notícias, especialmente aqueles relacionados à relevância social e ao interesse público discutidos por Mauro Wolf (1999). Como observa Roxo (2022), a lógica de

propagabilidade das plataformas digitais amplia a circulação de conteúdos orientados pelo desempenho e pelo engajamento.

Além de influenciar os critérios de circulação, a lógica das plataformas interfere diretamente no ritmo da produção jornalística. Zart (2023) observa que o jornalista esportivo contemporâneo passa a atuar em um ambiente multiplataforma, produzindo conteúdos simultaneamente para diferentes meios, sob pressão constante por atualização. Nesse contexto, a velocidade de circulação das informações e a necessidade de alimentar continuamente as redes intensificam o imediatismo das redações, especialmente no jornalismo esportivo, marcado pela cobertura em tempo real e pela intensa participação do público.

Dessa forma, as plataformas digitais não podem ser vistas apenas como ferramentas de distribuição, mas como estruturas que reorganizam profundamente o funcionamento do jornalismo contemporâneo. Ao influenciar critérios de visibilidade, circulação e engajamento, elas impactam tanto as decisões editoriais quanto como o debate público se organiza.

A expansão das plataformas digitais também intensifica as dinâmicas de vigilância e observação no ambiente digital. Santana, Mercês e Neves (2025) argumentam que as plataformas digitais operam a partir da coleta contínua de dados e da mediação algorítmica das interações sociais, transformando ações cotidianas em informações passíveis de monitoramento, análise e previsão de comportamentos. Nesse contexto, atividades como navegar, compartilhar conteúdos, comentar publicações e interagir com outros usuários passam a integrar processos permanentes de observação e produção de dados no ambiente digital.

No jornalismo esportivo, essa dinâmica se intensifica devido à forte participação do público nas plataformas digitais e à alta circulação de conteúdos em tempo real. Maia (2020) ressalta que o envolvimento emocional característico do esporte favorece elevados índices de interação e repercussão nas redes sociais, ampliando tanto a visibilidade quanto os conflitos envolvendo jornalistas, veículos e instituições esportivas.

Dessa forma, a circulação da informação permanecia mais concentrada nos veículos tradicionais, garantindo maior controle editorial sobre a produção e repercussão das notícias. No cenário atual, a visibilidade dos conteúdos depende de dinâmicas externas às redações, ampliando o alcance das publicações e acelerando sua circulação. Nesse ambiente, a repercussão das notícias passa a ocorrer continuamente nas redes sociais, por meio da participação ativa do público em comentários, compartilhamentos e disputas de interpretação (Recuero, 2019).

3.2 MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS E A CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A presença dos algoritmos constitui um dos elementos centrais das transformações do meio digital, especialmente no que diz respeito à circulação da informação nas plataformas. Mais do que ferramentas técnicas, os algoritmos atuam como mediadores ativos dos processos comunicacionais, organizando a visibilidade dos conteúdos, definindo prioridades de exibição e influenciando diretamente o modo como as informações são consumidas pelos usuários.

Nesse sentido, Winkes e Longhi (2022) destacam que os algoritmos exercem um papel central na mediação da circulação informacional, condicionando o acesso e a interpretação dos conteúdos. Para as autoras, a circulação deve ser compreendida como um espaço de construção de sentidos, e não apenas como uma etapa intermediária entre produção e recepção.

Essa perspectiva dialoga com Roxo (2022), ao indicar que a circulação digital não apenas amplia o alcance das notícias, mas também intensifica disputas de sentido em torno delas. No ambiente das plataformas, os conteúdos passam a ser constantemente reinterpretados, compartilhados e ressignificados pelos usuários, ampliando os desdobramentos das informações publicadas e afetando diretamente a credibilidade jornalística.

Essa dinâmica é especialmente relevante no jornalismo esportivo, no qual o alto engajamento do público intensifica a circulação e a ressignificação dos conteúdos. Rivalidades entre clubes, disputas entre torcidas e debates envolvendo atletas e jornalistas contribuem para a amplificação de conteúdos emocionalmente mobilizadores, que tendem a alcançar maior visibilidade nas plataformas. Segundo Zart (2023), o ambiente digital favorece conteúdos esportivos marcados pela velocidade de circulação e pela busca constante por atenção, ampliando a visibilidade de debates polarizados e conteúdos emocionalmente mobilizadores.

Maia (2020) aponta que uma das principais características do jornalismo esportivo está justamente na capacidade de conectar o público às emoções produzidas pelos acontecimentos esportivos. Nesse sentido, o ambiente digital amplia ainda mais a circulação de conteúdos marcados pelo envolvimento emocional, favorecendo debates, conflitos e disputas narrativas nas plataformas.

Ao mesmo tempo, esse processo está diretamente relacionado à crescente centralidade dos dados no funcionamento das plataformas digitais. A coleta e análise contínua de informações sobre o comportamento dos usuários permitem o ajuste permanente dos sistemas

de recomendação, impactando diretamente a distribuição dos conteúdos e as lógicas de produção jornalística (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020).

De acordo com Santana, Mercês e Neves (2025), os sistemas algorítmicos operam por meio de processos de personalização preditiva, nos quais os conteúdos são distribuídos conforme padrões de comportamento e interesse identificados pelas plataformas digitais. Para os autores, a lógica de recomendação interfere diretamente nos fluxos informacionais e nas formas de acesso às notícias no ambiente digital.

Nessa mesma perspectiva, Rangel e Martins (2024) afirmam que a mediação algorítmica interfere diretamente no acesso e na circulação das informações. As autoras destacam que os algoritmos não são neutros, pois operam a partir de critérios definidos pelas próprias plataformas. Além disso, a personalização dos conteúdos pode limitar a diversidade informacional, favorecendo o contato dos usuários com informações alinhadas aos seus interesses e comportamentos prévios. Nesse sentido, os algoritmos participam ativamente da seleção e da disponibilização dos conteúdos apresentados aos usuários.

Esse cenário produz uma tensão constante entre a lógica do interesse público e a lógica do desempenho. Em ambientes mediados por métricas de engajamento e por sistemas algorítmicos de recomendação, conteúdos com maior potencial de circulação tendem a ser priorizados, ainda que nem sempre representem maior aprofundamento informativo ou relevância social. Conforme observam Rangel e Martins (2024), apoiadas em Kaufman (2019), as plataformas buscam ampliar as interações e o tempo de permanência dos usuários, favorecendo conteúdos capazes de gerar mais engajamento.

Recuero (2019) contribui para essa discussão ao destacar que as mídias sociais surgem da apropriação das plataformas pelos próprios usuários, ampliando as possibilidades de circulação, interação e participação. No caso do jornalismo esportivo, essa dinâmica se intensifica devido ao forte envolvimento emocional do público, que participa ativamente da construção e disputa dos sentidos das notícias.

A participação dos usuários nas mídias sociais modifica a própria dinâmica da repercussão jornalística. Comentários, compartilhamentos e reações passam a interferir diretamente na visibilidade dos conteúdos e na amplificação de conflitos envolvendo jornalistas, veículos e instituições esportivas. Nesse sentido, Recuero (2019) destaca que as interações realizadas pelos usuários nas redes sociais influenciam diretamente os processos de circulação e disputa de sentidos no ambiente digital.

Dessa forma, episódios relacionados ao jornalismo esportivo deixam de permanecer restritos ao campo profissional ou aos veículos de comunicação e circulam de maneira

continua nas plataformas digitais. Nesse processo, são constantemente reinterpretados, ressignificados e disputados por diferentes atores, intensificando tanto sua visibilidade quanto as pressões sobre os profissionais de imprensa.

Nesse contexto, as dinâmicas de circulação algorítmica não afetam apenas a visibilidade dos conteúdos, mas também ampliam os desafios relacionados à responsabilidade jornalística no ambiente digital. A velocidade da circulação, a intensa participação do público e a lógica de desempenho das plataformas passam a interferir diretamente nas condições de produção, repercussão e legitimidade das informações jornalísticas.

3.3 RESPONSABILIDADE JORNALÍSTICA NO AMBIENTE DIGITAL

As transformações recentes no ambiente digital reconfiguram as condições de atuação do jornalismo, especialmente no que se refere às formas de produção, circulação e validação da informação. Nesse cenário, a prática jornalística passa a se desenvolver em um ambiente marcado pela centralidade das plataformas digitais, pela lógica de circulação orientada por dados e pela presença de sistemas automatizados de distribuição de conteúdo.

A crescente dependência dessas plataformas introduz desafios importantes à autonomia editorial. A visibilidade dos conteúdos deixa de ser determinada pelos valores-notícia e depende de sistemas algorítmicos de recomendação e de métricas de desempenho. Nesse sentido, Poell, Nieborg e Van Dijck (2020) apontam que a lógica das plataformas redefine as condições sob as quais o jornalismo é produzido e distribuído, influenciando diretamente seus critérios de circulação e reconhecimento público.

Além das transformações relacionadas à circulação e à visibilidade dos conteúdos, as plataformas digitais também modificam a relação dos jornalistas com suas fontes de informação. Martins (2024) observa que as redes sociais passaram a integrar de forma significativa as rotinas de produção jornalística, funcionando como espaços de busca de informações, acompanhamento de acontecimentos e acesso a depoimentos, imagens e relatos produzidos pelos próprios usuários. O autor destaca, entretanto, que a incorporação dessas plataformas não substitui os procedimentos tradicionais de apuração, uma vez que conteúdos publicados em ambientes digitais exigem cuidados específicos quanto à sua contextualização, origem, verificação e utilização ética.

Nesse contexto, jornalistas e veículos de comunicação passam a atuar sob pressão constante por visibilidade, desempenho e engajamento. Ao discutir os impactos da lógica multiplataforma sobre o trabalho jornalístico esportivo, Zart (2023) recupera a reflexão de Mirer e Harker (2019) para destacar que:

Em outro nível, os jornalistas esportivos estão lutando contra as mesmas pressões que estão afetando o jornalismo em geral, incluindo recursos reduzidos de redação, fortes pressões de tempo, a necessidade de produzir histórias para várias plataformas, o aumento da produção automatizada de conteúdo e a crescente concorrência de agregadores de conteúdo e especialistas em notícias “sociais”. Paradoxalmente, a popularidade e o volume de jogos e eventos esportivos que garantem o emprego de jornalistas esportivos também representam um ônus quando se espera que eles cubram tantos deles com recursos e tempo limitados em duas ou mais plataformas. (Mirer; Harker, 2019 apud Zart, 2023, p. 13).

As observações apresentadas por Mirer e Harker evidenciam que os desafios enfrentados pelos jornalistas esportivos não se restringem às transformações tecnológicas. A necessidade de atuar simultaneamente em diferentes plataformas, produzir conteúdo em ritmo acelerado e lidar com a crescente concorrência informacional altera as condições de exercício da profissão e impõe novas demandas à prática jornalística contemporânea.

Roxo (2022) observa que esse processo contribui para um deslocamento da credibilidade jornalística, que passa a ser tensionada entre sua credibilidade constituída e a percebida pelo público. Em ambientes digitais marcados por disputadas narrativas, a autoridade do jornalismo passa a ser constantemente confrontada por outros emissores de informação.

Nesse contexto, a responsabilidade jornalística precisa ser compreendida ampliadamente, ultrapassando a produção de conteúdos verídicos e bem apurados. Ela envolve também a reflexão sobre os efeitos sociais e simbólicos das informações publicadas em ambientes digitais altamente interativos, nos quais a circulação é acelerada, descentralizada e constantemente ressignificada pelos usuários das plataformas.

A atuação jornalística passa, assim, a ser atravessada por dinâmicas externas às redações, como pressões de visibilidade, engajamento e circulação algorítmica. De acordo com Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), a lógica das plataformas reorganiza as condições de circulação da informação e interfere diretamente nas dinâmicas de produção jornalística.

Santana, Mercês e Neves (2025) argumentam que os sistemas algorítmicos operam a partir da coleta contínua de dados e da personalização dos fluxos informacionais. Nesse contexto, a circulação das notícias deixa de depender exclusivamente das escolhas editoriais e passa a ser influenciada por mecanismos automatizados de visibilidade. Tal cenário amplia os desafios relacionados à responsabilização jornalística, uma vez que os efeitos da circulação das informações passam a ser condicionados também pelas estruturas tecnológicas das plataformas digitais.

A lógica algorítmica e a dinâmica das plataformas tornam o processo de circulação mais imprevisível e menos controlável pelas redações. Como apontam Winkes e Longhi (2022), os algoritmos atuam diretamente na mediação da circulação informacional e nos modos de interpretação dos conteúdos no ambiente digital.

Esse cenário amplia os desafios éticos da prática jornalística, especialmente no que se refere à responsabilidade sobre os desdobramentos das informações publicadas. Zart (2023) ressalta que a velocidade exigida pelas plataformas digitais pode comprometer processos de apuração, checagem e aprofundamento das informações, aumentando os desafios relacionados à qualidade e à responsabilidade jornalística.

Nesse cenário, a responsabilidade jornalística no ambiente digital passa a envolver uma tensão constante entre a autonomia editorial, pressões por visibilidade e dinâmicas algorítmicas. Essa reconfiguração evidencia como as plataformas digitais passam a interferir não apenas na circulação das notícias, mas também nas próprias condições de legitimidade do jornalismo contemporâneo (Roxo, 2022).

No caso do jornalismo esportivo, essa tensão se intensifica devido à natureza altamente interativa e emocional do público. Conflitos, debates e posicionamentos são rapidamente amplificados nas redes sociais, exigindo dos profissionais uma maior reflexão sobre os impactos de suas publicações e sobre os limites entre informação, repercussão e responsabilização.

Por esse prisma, o jornalismo esportivo passa a enfrentar o desafio de equilibrar velocidade, visibilidade e aprofundamento em um ambiente marcado pela lógica da instantaneidade e da circulação contínua de conteúdos. Como observa Zart (2023), as dinâmicas digitais ampliam tanto as possibilidades de alcance quanto as pressões sobre os profissionais da área, intensificando os desafios relacionados à qualidade da cobertura e à responsabilidade jornalística. Aron *et al.* (2021, p.12) contribui para ampliar o olhar sobre a prática atual do jornalismo esportivo ao afirmar que “o próprio sentido da palavra ‘esporte’ mudou substancialmente: para além da prática individual que ele continua a designar, mas com conotações muito distintas, remete a todas as áreas da vida social”. Ou seja, nas palavras desse pesquisador, retratamos “desde o planejamento urbano, que pensa em sua inclusão na cidade, até a economia globalizada, que coloca em circulação seus atores e as representações que suscita” (Aron *et al.*, 2021, p.12).

Ainda por esse raciocínio, Brinati (2020, p.1) ressalta que “a mídia como instrumento de construção de imaginários por meio de suas representações influencia a nossa percepção da realidade. No campo esportivo, não é diferente”. Para o professor da Universidade Federal de

São João Del Rei, “as escolhas discursivas adotadas pelos atores dos meios de comunicação contribuem para determinar nosso olhar sobre os eventos esportivos, clubes, atletas, torcidas e tudo que os envolvem” (Brinati, 2020, p.1). Por esta via de pensamento, “é por meio do debate proposto pela imprensa e do enfoque no objeto retratado que muitas das imagens, sentimentos de identificações e alteridades com os personagens e equipes são formados” (Brinati, 2020, p.1). Portanto, complementa Brinati (2020, p.1), “o Jornalismo Esportivo, desta maneira, se torna uma das tantas arenas que abarcam questões inerentes não só ao esporte, mas à sociedade como um todo”.

Nesse espaço mais amplo de reconfiguração do ecossistema informacional, a centralidade das plataformas digitais e a circulação de narrativas paralelas alteram o lugar do jornalismo na sociedade em rede. Como sintetiza Roxo (2022):

No ecossistema comunicacional da sociedade em rede, as narrativas paralelas e autônomas, produzidas e veiculadas por meio das mídias sociais online, passaram a competir com o jornalismo profissional em sua missão de fonte de informação, construção social da realidade e fomentador do debate público. A falta de intermediação e a força de propagação e de mobilização dessas narrativas transformaram as mídias sociais em um eficiente instrumento político-ideológico do populismo digital e das campanhas hipermidiáticas associado aos aparatos tecnológicos que disseminam a desordem informacional de forma automatizada e precisa em busca da construção de crenças, da deslegitimação do jornalismo profissional enquanto sistema perito e do rompimento do pacto de credibilidade com a sociedade democrática. (Roxo, 2022, p. 53)

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o jornalismo contemporâneo passa a atuar em um ambiente de disputa permanente por legitimidade e credibilidade, no qual sua autoridade enquanto sistema perito é tensionada pela circulação de múltiplas narrativas concorrentes.

As discussões apresentadas neste capítulo evidenciam que as transformações digitais não afetam somente os processos de circulação da informação, mas também os próprios limites da autonomia, da legitimidade e da responsabilidade jornalística. Dessa forma, a análise comparativa entre o caso da revista ‘Placar’ durante a direção de Juca Kfoury, em um período anterior à consolidação das plataformas digitais, e o afastamento de jornalistas da ESPN no contexto recente do ambiente digital, permitirá observar como se reorganizam as relações entre autonomia editorial, interesses institucionais e circulação pública da informação no jornalismo esportivo.

Capítulo 4

JORNALISMO ESPORTIVO SOB PRESSÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS CASOS JUCA KFOURI (1995) E ESPN (2025)

As discussões sobre liberdade de imprensa, liberdade de empresa e autonomia jornalística apresentadas nos capítulos anteriores podem ser observadas, na prática, a partir de situações em que os limites da atuação dos jornalistas são colocados em debate. No jornalismo esportivo, essas questões se tornam ainda mais evidentes devido à proximidade histórica entre os meios de comunicação, as instituições esportivas e os interesses econômicos que envolvem esse campo.

Nesse contexto, este capítulo analisa dois episódios envolvendo jornalistas esportivos em momentos históricos distintos: a saída de Juca Kfourri da direção da revista ‘Placar’, em 1995, e o afastamento temporário de jornalistas da ESPN, em 2025, após a repercussão da reportagem publicada pela revista ‘Piauí’ sobre denúncias envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Embora tenham ocorrido em períodos diferentes, os dois casos permitem compreender como as pressões institucionais, econômicas e editoriais podem interferir na autonomia jornalística.

A comparação entre os episódios busca identificar as permanências e mudanças nas formas de pressão sobre o jornalismo esportivo brasileiro. Enquanto o caso da ‘Placar’ evidencia os conflitos entre uma linha editorial marcada pelo jornalismo investigativo e os interesses comerciais da Editora Abril, o episódio envolvendo a ESPN demonstra como essas disputas também se manifestam no ambiente digital, marcado pela rápida circulação das informações, pela participação do público e pela influência das plataformas digitais.

4.1 METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A pesquisa é desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e de análise comparativa de dois casos envolvendo jornalistas em contextos históricos diferentes. A abordagem utilizada possui caráter qualitativo, buscando compreender as transformações do jornalismo esportivo diante da digitalização e das novas dinâmicas de circulação da informação. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados e os processos sociais que envolvem determinado fenômeno, permitindo explorar fenômenos que ultrapassam os dados quantitativos. Nesse sentido, essa abordagem possibilita interpretar não apenas os acontecimentos, mas também os discursos, os contextos e as relações presentes nos casos analisados.

Quanto à metodologia, é utilizado o método comparativo. De acordo com Gil (1987), esse método busca identificar diferenças e semelhanças entre fenômenos que aconteceram em contextos distintos, sendo adequado para estudos que analisam acontecimentos separados pelo tempo. Assim, ao comparar os casos de Juca Kfourri e dos jornalistas da ESPN, a pesquisa busca compreender as continuidades e as mudanças nas formas de controle editorial, nas pressões institucionais e nas condições de produção e circulação das informações no jornalismo esportivo.

O primeiro caso a ser analisado envolve cinco capas da revista ‘Placar’, reportagens, editoriais e notícias relacionadas à saída de Juca Kfourri do periódico, além do contexto editorial da revista durante o período em que o jornalista atuou como diretor. No segundo, são analisadas a reportagem da revista ‘Piauí’, a edição do programa ‘Linha de Passe’ dedicada às denúncias envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), matérias jornalísticas sobre o afastamento dos profissionais da ESPN e a repercussão do caso na mídia e nas redes sociais.

Esses casos foram escolhidos porque ambos envolvem conflitos relacionados à autonomia jornalística, à pressão institucional e aos interesses econômicos presentes no jornalismo esportivo. No caso de Juca Kfourri, percebe-se que a tensão estaria relacionada ao posicionamento crítico da revista ‘Placar’ diante do futebol brasileiro, em um contexto no qual setores do mercado esportivo defendiam uma abordagem menos investigativa e mais voltada à valorização do espetáculo. Já no caso da ESPN, a análise se concentra no afastamento temporário de jornalistas após os comentários feitos sobre a reportagem da revista ‘Piauí’, que denunciava as irregularidades envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O episódio ocorreu em um momento em que a emissora havia adquirido os direitos de transmissão da Série B do Campeonato Brasileiro, circunstância que alimentou o debate sobre possíveis influências comerciais na cobertura jornalística.

A partir desses dois episódios, a pesquisa avalia como as mudanças tecnológicas e as novas dinâmicas de circulação da informação impactam o trabalho do jornalista esportivo, destacando as tensões entre autonomia profissional, os interesses institucionais e a responsabilização pública. Ao comparar diferentes contextos históricos, pretende-se identificar continuidades e mudanças nas formas de controle editorial e nas condições de produção e circulação das informações no jornalismo esportivo.

Os critérios de análise incluem aspectos relacionados à pressão institucional, interferência econômica, repercussão pública, mecanismos de silenciamento, autonomia

jornalística e como o ambiente digital afeta a circulação das informações e as disputas narrativas do jornalismo esportivo.

4.2 O CASO JUCA KFOURI E A REVISTA PLACAR

A revista ‘Placar’ surgiu em 1970, criada pela Editora Abril, com sua primeira edição publicada em 20 de março. Com publicação semanal, trouxe um jeito novo de realizar a cobertura esportiva, priorizando o uso de fotografias, textos escritos em primeira pessoa e um design considerado incomum para a época (Unzelte, 2015).

Antes de sua estreia oficial, a revista passou por seis edições experimentais, que foram publicadas entre fevereiro e março de 1970. O sucesso levou ao lançamento definitivo da revista, que ocorreu após a publicação do Decreto-Lei nº 1.077, assinado pelo presidente da República Emílio Garrastazu Médici. A legislação era voltada para o fortalecimento dos mecanismos de censura durante o regime militar (Leal e Mesquita, 2021).

Na segunda edição, a ‘Placar’ publicou uma entrevista polêmica e exclusiva com o ex-técnico da Seleção Brasileira João Alves Jobin Saldanha, que foi demitido e substituído por Mário Jorge Lobo Zagallo a menos de três meses do início da Copa do Mundo de 1970. A publicação mostrava que, desde cedo, já tinha o objetivo de discutir temas sensíveis e abordar figuras controversas do futebol brasileiro. Segundo Unzelte (2015),

Placar trazia um depoimento do polêmico ex-treinador, conhecido pelo temperamento forte e por sua ligação com o Partido Comunista em pleno auge da ditadura militar, sob o título “Exclusivo: João conta tudo”. As sete páginas foram escritas em primeira pessoa pelo próprio técnico-jornalista e intitulada “Carta aberta ao futebol brasileiro”. (Unzelte, 2015, p. 125).

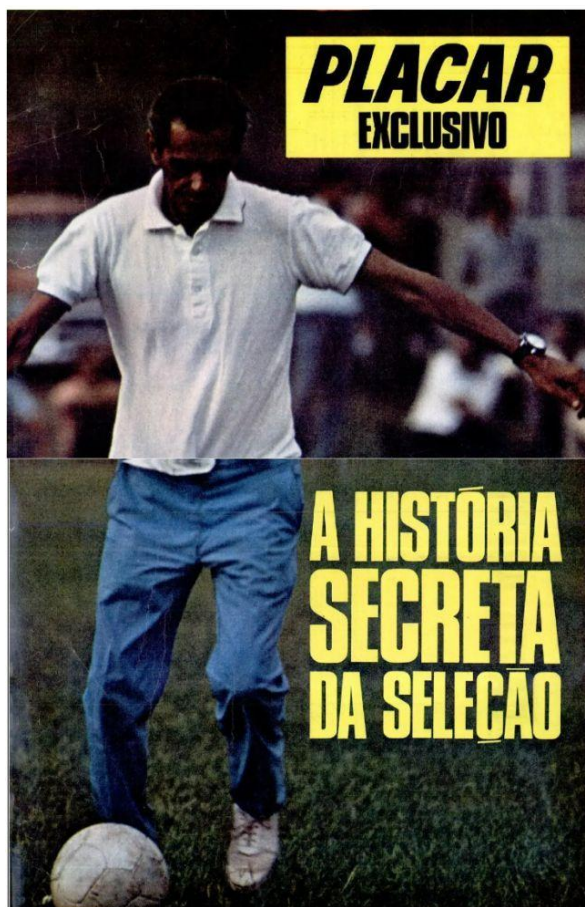
Figura 1: Capa da ‘Placar’ nº 2, de 27 de março de 1970



Fonte: Reprodução/Revista Placar

O impacto da entrevista reforçou o caráter inovador da ‘Placar’ no jornalismo esportivo da época, principalmente pela disposição em publicar conteúdos que ultrapassavam a cobertura esportiva tradicional e que se aproximavam de debates políticos relacionados ao futebol brasileiro. Nesse sentido, Leal e Mesquita (2021, p. 22) afirmam que a revista “já nasce, de certo modo, com sua veia politizada, de confronto, não se eximindo de potencializar as mazelas do sistema que envolve o futebol e abordar suas controvérsias”. Essa característica aparece na própria carta de João Saldanha, quando o ex-treinador afirma que a Seleção deveria ser preservada de “interesses escusos” e dos “interesses comerciais de alguns” (Saldanha, 1970), reforçando o posicionamento crítico adotado pela revista desde suas primeiras edições.

Figura 2: Abertura da matéria sobre a demissão do João Saldanha



Fonte: Reprodução/Revista Placar

A ‘Placar’ viveu seu auge durante a década de 1980, período em que a presença política nas páginas da revista se intensificou com a chegada de Juca Kfourri à sua direção. Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), Kfourri construiu sua carreira no jornalismo e sempre demonstrou grande interesse por política e futebol, aspectos que passaram a influenciar diretamente a linha editorial do periódico. Em entrevista concedida a Celso Unzelte, em 2015, Kfourri afirma que o ambiente político já fazia parte da identidade da ‘Placar’ antes mesmo de sua chegada à direção: “A redação de ‘Placar’ era muito politizada” (Unzelte, 2015, p. 132).

Durante sua gestão, a revista intensificou a sua postura crítica em relação às estruturas de poder do futebol brasileiro, promovendo reportagens investigativas e debates relacionados à política, à administração esportiva e aos interesses econômicos que atravessavam o esporte nacional. Em 1982, a ‘Placar’ publicou uma matéria sobre a máfia da Loteria Esportiva. A revista mantinha uma relação próxima com a loteria, já que, desde 1970, contava com a seção “Bolão”, uma das mais populares entre os leitores, que oferecia dicas e combinações para os apostadores. De acordo com Unzelte (2015), foi o jornalista Milton Coelho da Graça quem

alertou Juca Kfoury sobre as possíveis irregularidades ainda em 1979, após perceber inconsistências relacionadas ao número de acertadores e aos resultados divulgados.

A edição nº 648, publicada em 22 de outubro de 1982, trouxe na capa a manchete “Desvendamos a máfia da Loteria Esportiva”. A reportagem, produzida pelo jornalista Sérgio Martins, levou cerca de um ano para ser apurada e denunciou um esquema de manipulação de resultados no futebol brasileiro. O impacto dessa matéria foi grande, gerando cinco edições adicionais com desdobramentos sobre o caso.

Segundo a reportagem, o esquema era coordenado pelo radialista Flávio Moreira, então chefe de setor de loterias da Sport Press. De acordo com a ‘Placar’, ele selecionava as partidas de interesse do grupo e encaminhava as informações para Brasília, onde a Loteria Esportiva era administrada. A investigação apontava que os resultados de determinados jogos eram previamente conhecidos pelos integrantes do esquema, entre eles apostadores, dirigentes, árbitros, técnicos e jogadores, que realizavam apostas com base nessas informações e obtinham os prêmios.

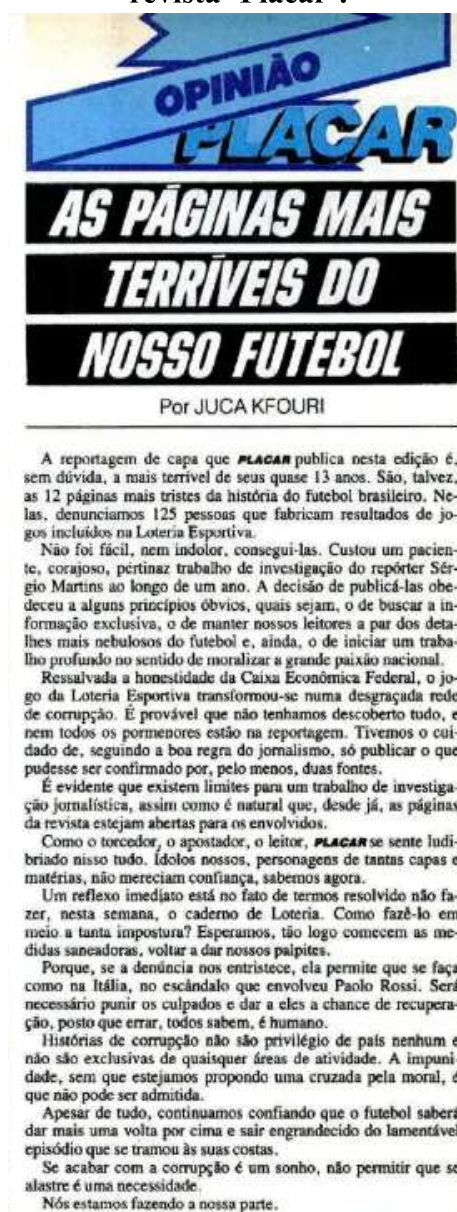
No editorial assinado por Juca Kfoury, intitulado “As páginas mais terríveis do nosso futebol”, o jornalista defende o trabalho realizado pela equipe e reafirma o compromisso da revista com o jornalismo investigativo. No texto, ele reconhece que uma investigação dessa dimensão poderia apresentar limitações, mas sustenta que o objetivo da reportagem era denunciar práticas que comprometiam a credibilidade do futebol brasileiro, reforçando o papel da revista na fiscalização e no debate de temas de interesse público.

Figura 3: Capa da ‘Placar’ nº 648, de 22 de outubro de 1982



Fonte: Reprodução/Revista Placar

Figura 4: Editorial "As páginas mais terríveis do nosso futebol", publicado na revista 'Placar'.



Fonte: Reprodução/Revista Placar

A repercussão da reportagem também levantou questões em relação às denúncias feitas pela revista e à condução da investigação jornalística. Ao abordar os impactos do caso, Unzelte (2015) destaca que a conclusão do inquérito da Polícia Federal, anos depois, gerou críticas e desconfiças em relação às intenções da 'Placar' e de Juca Kfourri:

Três anos depois, a Polícia Federal anunciou a conclusão do inquérito que envolvia 125 pessoas denunciadas pela revista, das quais apenas vinte seriam indiciadas. A falta de provas, apesar das evidências apresentadas nas matérias, fez muita gente desconfiar das intenções de Juca e da revista que comandava: "No afã de mostrar tudo, a gente acabou colocando tanto nome na história que confundimos o leitor,

tiramos sua atenção. Mas em hipótese alguma ela foi motivada por qualquer tipo de instrumento de poder ou para fazer a revista vender mais. De fato, foi a maior vendagem da revista, 300 e tantos mil exemplares. Ao mesmo tempo, eu tinha plena consciência de que nós estávamos jogando contra nós mesmos, jogando de bandido, porque estávamos jogando contra os fãs do futebol” (Ribeiro, 2007, apud Unzelte, 2015, p. 265).

Com as transformações políticas no final da Ditadura Militar no Brasil, a ‘Placar’ voltou a enfatizar em suas páginas a relação entre futebol e política. Um exemplo desse posicionamento foi a cobertura da Democracia Corintiana, movimento liderado por jogadores do Corinthians que defendiam uma maior participação coletiva nas decisões do clube e práticas mais democráticas dentro do futebol brasileiro. O apoio da revista ao movimento evidenciava uma linha editorial alinhada aos debates políticos e sociais que ganhavam força na redemocratização do país.

Segundo Unzelte (2015), “a renovação política no Corinthians coincidia com a abertura política do país, que naquele ano realizou as primeiras eleições diretas para governador desde o golpe militar de 1964” (Unzelte, 2015, p. 142). O autor também destaca que a expressão “Democracia Corintiana” teria sido utilizada pela primeira vez por Juca Kfoury, durante um debate realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a participação de Sócrates e Adílson Monteiro Alves (Unzelte, 2015).

A conexão da ‘Placar’ com a Democracia Corintiana também contribuiu para fortalecer a associação da revista com setores do futebol que defendiam transformações nas estruturas tradicionais do esporte brasileiro. Além disso, a revista dedicou diversas capas e reportagens ao movimento durante os anos 1980, ampliando sua visibilidade e reforçando sua identificação com um modelo de jornalismo esportivo voltado ao debate social e institucional do futebol.

Figura 5: Capa da ‘Placar’ nº 656, de 17 de dezembro de 1982



Fonte: Reprodução/Revista Placar

Enquanto a ‘Placar’ fortalecia a sua postura crítica, a revista também enfrentava instabilidades financeiras. Segundo Leal e Mesquita (2021), em 1984 o veículo enfrentava dificuldades econômicas, levando Roberto Civita, diretor editorial do Grupo Abril, a sugerir mudanças na linha editorial. A proposta gerou resistência na redação, incluindo o próprio Juca Kfoury que, anos depois, classificaria a mudança como um erro. Esse episódio evidenciava os conflitos entre o projeto jornalístico da equipe da ‘Placar’ e os interesses empresariais da Editora Abril.

Nesse ponto, se percebe o conflito entre o projeto editorial e os interesses empresariais. Como aponta Venício A. de Lima (2012), a distinção entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa ajuda a compreender que a autonomia jornalística não depende apenas da ausência de censura, mas também das estruturas econômicas que organizam os meios de comunicação. No caso da ‘Placar’, a pressão por mudanças editoriais mostra justamente o deslocamento entre o ideal de independência jornalística e as demandas comerciais da empresa.

Em setembro de 1988, foi lançada a ‘Placar Mais’, uma versão reformulada da revista que circulou durante cerca de trinta semanas. Maior, mais colorida e mais barata que a versão anterior, a reformulação fazia parte de uma tentativa de evitar a falência do periódico (Unzelte, 2015). Em entrevista recuperada por Leal e Mesquita (2021, p. 25), Juca Kfoury

afirmou que, apesar do perfil mais sensacionalista da revista naquele período, a estratégia ajudou financeiramente: “É uma fase que eu morria de rir, a revista eu achava um horror, mas fazia dinheiro”.

A crise financeira da revista se intensificou no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Em agosto de 1990, a ‘Placar’ encerrou o seu ciclo de publicações semanais ininterruptas iniciado em 1970 e passou a circular mensalmente, adotando edições temáticas e, aos poucos, se afastando do perfil jornalístico que marcou sua trajetória durante a gestão de Juca Kfoury.

Os esforços de reformulação editorial da revista se intensificaram ao longo da década de 1990. Na edição nº 1101, de março de 1995, a revista traz em sua última página a promessa de uma “nova Placar”, reforçando o movimento recorrente de reformulação da publicação ao longo de sua trajetória.

Figura 6: Anúncio da “nova PLACAR” na edição nº 1101, de março de 1995



Fonte: Reprodução/Revista Placar

Na primeira edição da fase ‘Placar Futebol, Sexo e Rock & Roll’, o atacante Edmundo apareceu na capa segurando um ursinho de pelúcia, em contraste com a imagem agressiva que seu apelido “Animal” trazia. A manchete “O animal precisa de carinho” se tornou um grande sucesso de vendas. Em depoimento recuperado por Leal e Mesquita (2021), o jornalista Sérgio Xavier Filho revelou que essa edição vendeu cerca de 240 mil exemplares, ajudando a atrair novos leitores e renovar a imagem da revista para um público mais jovem. A edição também vinha acompanhada de materiais encartados e seções adicionais, como o “Tabelão” e o “Placar urgente”, o que reforçava a ideia de uma revista que se organizava como produto ampliado, indo além do modelo tradicional de publicação esportiva.

Apesar dos resultados positivos nas vendas, a reformulação editorial passou a receber críticas relacionadas ao afastamento da ‘Placar’ de seu perfil jornalístico tradicional. Segundo Paulo Vinícius Coelho, citado por Leal e Mesquita (2021), a Editora Abril buscava aproximar a revista do modelo da ‘Capricho’, priorizando reportagens sobre a vida pessoal dos atletas, ensaios fotográficos e conteúdos voltados ao comportamento, enquanto o futebol e o jornalismo investigativo perdiam espaço.

Figura 7: Capa da ‘Placar’ nº 1102, de abril de 1995



Fonte: Reprodução/Revista Placar

Ao observar a capa da edição nº 1102, é possível perceber uma mudança significativa na identidade visual da revista. Diferentemente das capas analisadas anteriormente, marcadas

por denúncias, debates institucionais e temas relacionados às estruturas de poder do futebol, essa edição privilegia uma abordagem voltada ao entretenimento e à construção de personagens, utilizando recursos visuais e chamadas mais apelativas para atrair o público. Essa mudança mostra que a transformação editorial não ocorreu apenas no conteúdo das reportagens, mas também na identidade visual da revista, a aproximando de uma lógica mais comercial.

Conforme apontado por Leal e Mesquita (2021), o foco editorial da revista permaneceu centrado no futebol, porém com uma nova abordagem, dedicando matérias e reportagens voltadas ao comportamento dos atletas, ao entretenimento e à sexualização feminina no esporte. Os autores também notam mudanças na representação dos personagens do futebol, já que as imagens de jogadores em campo e ilustrações tradicionais passaram a dar lugar a fotografias produzidas em estúdio, evidenciando uma nova estética editorial associada ao consumo e ao espetáculo.

Nesse período, surgiram seções como “Deusa”, que continham pequenos textos e fotos de mulheres seminuas em páginas duplas, além de concursos envolvendo “as leitoras mais gostosas” e mulheres com “o bumbum mais bonito”. Para Barreto Januário (2019), citado por Leal e Mesquita (2021), esse período intensificou a construção da imagem da mulher atleta como figura a ser objetificada, associada a um contexto marcado pela masculinidade e pelo machismo no jornalismo esportivo.

A sexualização feminina também passou a ocupar espaço recorrente nas capas e reportagens da revista durante esse período. Diferente do perfil mais político e investigativo que marcou a trajetória da ‘Placar’ nas décadas anteriores, a imagem feminina passou a ser utilizada com frequência como estratégia de atração comercial. A capa dedicada ao futebol feminino, acompanhada da chamada “As gatas batem um bolão”, ilustra as mudanças editoriais dessa nova fase e reforça a aproximação da revista com uma lógica mais voltada ao entretenimento e ao consumo. Nesse processo, a revista também passa a se aproximar de uma lógica de circulação mais ampla no mercado editorial, com forte presença de publicidade e marcas associadas ao público jovem, o que ajuda a sustentar a dimensão comercial da reformulação.

Esse conjunto de mudanças mostra que a reformulação da ‘Placar’ não ficava só na pauta editorial, mas também na forma de narrar o futebol. Texto, imagem e linguagem visual passam a funcionar de maneira integrada na construção do conteúdo, consolidando uma revista em que o futebol é continuamente reorganizado dentro de uma lógica de consumo e espetáculo.

Nesse contexto, se torna evidente a tensão entre a lógica comercial e a função social do jornalismo. Como discute Eugênio Bucci (2008), a liberdade de imprensa está ligada ao direito do cidadão à informação, o que faz com que o jornalismo assuma uma responsabilidade pública. No caso da ‘Placar’, é possível perceber que essa responsabilidade passa a disputar espaço com interesses mercadológicos, já que conteúdos voltados ao entretenimento e ao consumo começam a substituir, gradativamente, reportagens investigativas e discussões sobre as estruturas de poder do futebol brasileiro.

Figura 8: Capa da ‘Placar’ nº 1106, de agosto de 1995



Fonte: Reprodução/Revista Placar

Ao observar a capa da edição nº 1106, publicada poucos meses após a saída de Juca Kfoury, é possível perceber que a revista mantém a mudança editorial iniciada anteriormente. Diferentemente das capas produzidas durante a gestão do jornalista, não aparecem chamadas voltadas para denúncias, investigações ou temas relacionados às estruturas de poder do futebol brasileiro. Em vez disso, a revista passa a destacar conteúdos voltados ao entretenimento e ao comportamento, reforçando uma proposta editorial diferente daquela que marcou a gestão de Kfoury. A partir da análise das capas, é possível perceber que essa mudança não ocorreu apenas no conteúdo das reportagens, mas também na forma como a revista passou a apresentar o futebol ao seu público.

A própria construção visual da capa reforça essa mudança editorial. A fotografia de mulheres de costas, usando shorts curtos, ocupa posição de destaque e evidencia uma escolha voltada ao apelo visual da revista. Nesse sentido, a presença do corpo feminino como elemento central da capa pode ser interpretada como um recurso para atrair a atenção do público, evidenciando uma estratégia editorial mais voltada ao entretenimento e aos interesses comerciais do que à valorização do conteúdo jornalístico que caracterizou a revista durante a gestão de Juca Kfouri. Assim, a composição visual da capa evidencia a consolidação dessa nova proposta editorial.

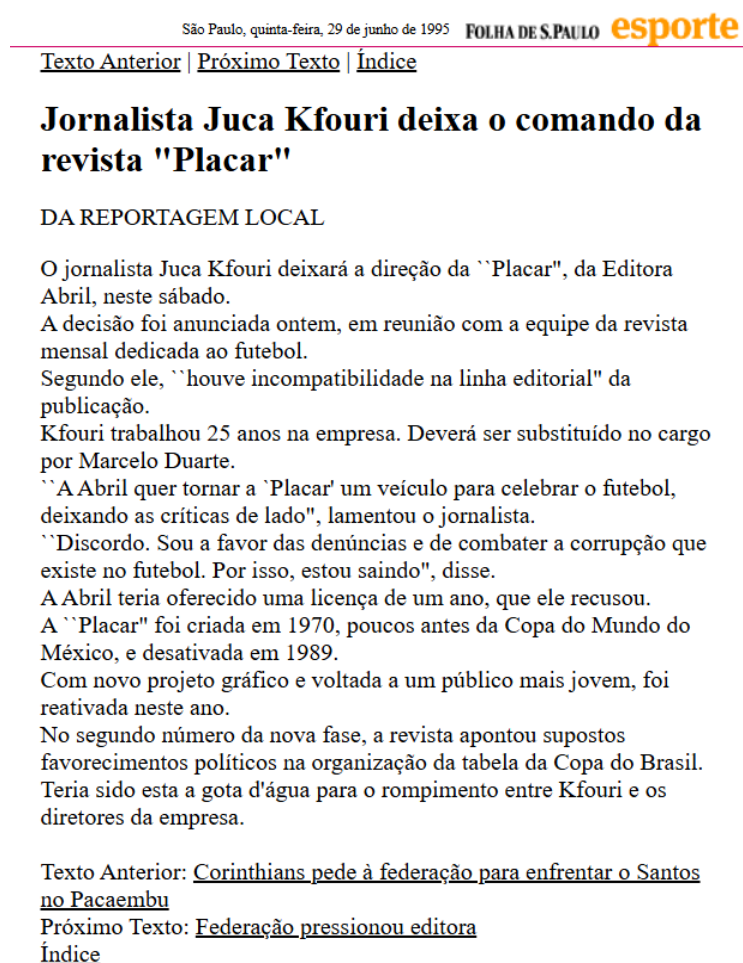
As mudanças editoriais evidenciam tensões entre o projeto jornalístico da redação da ‘Placar’ e os interesses comerciais da Editora Abril. Segundo Unzelte (2015), a postura crítica adotada pela revista passou a gerar incômodo entre dirigentes do futebol brasileiro, especialmente devido às reportagens investigativas e denúncias publicadas durante a gestão de Juca Kfouri.

Esse período também marcou a saída de Kfouri da direção da revista. De acordo com Leal e Mesquita (2021), a demissão ocorreu em meio a desentendimentos editoriais com a alta cúpula da empresa. Ao abordar o episódio, Unzelte (2015) destaca que Ricardo Teixeira, então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pressionava Roberto Civita devido à postura crítica da ‘Placar’. Em depoimento reproduzido pelo autor, Juca Kfouri afirmou que os dirigentes defendiam que a revista deveria “parar de criticar” as entidades esportivas.

A repercussão da saída de Juca Kfouri também foi comentada pela imprensa da época. Em uma matéria publicada pela Folha de S.Paulo, em 29 de junho de 1995, o jornalista afirmou que havia “incompatibilidade na linha editorial” da revista e criticou a mudança de posicionamento. Segundo Kfouri, a Editora Abril queria transformar a ‘Placar’ em um veículo que celebrasse o futebol, deixando de lado a crítica e investigação que marcaram a revista durante sua gestão.

A matéria também destaca que a decisão aconteceu poucos meses após o relançamento da revista e que a publicação de uma reportagem sobre supostos favorecimentos políticos na elaboração da tabela da Copa do Brasil teria sido a “gota d’água” para o rompimento entre o jornalista e a Editora Abril. Ao explicar sua decisão, Kfouri reafirmou sua posição em defesa do jornalismo investigativo: “Sou a favor das denúncias e de combater a corrupção que existe no futebol. Por isso, estou saindo”, declarou o jornalista (Folha de S.Paulo, 1995).

Figura 9: Matéria da Folha de S. Paulo sobre a saída de Juca Kfourri da revista ‘Placar’



Fonte: Folha de S. Paulo, 1995

Ao relembrar sua saída, Juca Kfourri destacou as limitações impostas ao jornalismo crítico dentro da Editora Abril. De acordo com o jornalista, o perfil investigativo da revista já não correspondia aos interesses da Editora naquele contexto. Em entrevista concedida ao Jornal da ABI em 2011, Kfourri contou que decidiu deixar a empresa mesmo sem saber como seria sua vida profissional dali em diante. Segundo ele, ao comunicar sua saída, saiu da reunião com a sensação de estar “sem chão”, já que, depois de 25 anos na Editora Abril, acreditava que dificilmente encontraria espaço em outro veículo de comunicação (Kfourri, 2011). Ainda assim, manteve sua decisão. Como afirmou posteriormente, “eu tive que aprender então, em 95, que a revista não era minha” (Unzelte, 2015, p. 184).

O caso da ‘Placar’ evidencia como interesses políticos, econômicos e institucionais podem afetar os limites da autonomia jornalística no esporte. A trajetória da revista mostra que, mesmo antes da consolidação do ambiente digital, já havia obstáculos para a prática de um jornalismo esportivo crítico, ligados às relações de poder presentes no futebol brasileiro e

às estratégias comerciais das empresas de comunicação. Assim, mais do que representar uma mudança administrativa, a saída de Juca Kfoury simboliza um momento em que as disputas entre autonomia jornalística e interesses empresariais se tornam evidentes na história do jornalismo esportivo brasileiro.

4.3 O CASO DOS JORNALISTAS DA ESPN E A COBERTURA SOBRE A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

No dia 31 de março de 2025, a revista ‘Piauí’ publicou a reportagem “Coisas extravagantes - Uma radiografia sobre a gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF”, de Allan de Abreu, que trouxe à tona denúncias sobre os bastidores da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sob a liderança de Ednaldo Rodrigues. A matéria mostra inúmeros fatos que formam um emaranhado complexo de como o presidente buscava se manter no poder da CBF, desde um comando centralizado e casos de assédios.

Um dos principais tópicos abordados pela matéria destaca as viagens pagas pela CBF para 49 pessoas que não possuíam ligação direta com a delegação esportiva durante a Copa do Mundo do Catar de 2022. A investigação revelou que familiares de Ednaldo Rodrigues, amigos, políticos, pessoas do Judiciário, jornalistas e artistas tiveram suas passagens e hospedagens custeadas pela entidade. A reportagem afirma que tudo isso ocorreu “à custa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a mais alta entidade do futebol nacional, embora nenhum dos 49 tivesse relação direta com a confederação ou as federações estaduais” (Piauí, 2025). A utilização do dinheiro da CBF para bens pessoais não é algo incomum, mas, de acordo com Abreu, isto nunca havia sido feito de forma tão acintosa como ocorreu na gestão de Rodrigues.

A relação entre a presidência da CBF e as federações estaduais também foi um foco da investigação jornalística. Allan de Abreu revelou que, em vez dessas entidades atuarem como fiscais, os dirigentes estaduais eram beneficiados pela atual gestão, com o aumento de salário e tendo despesas de viagens pessoais pagas pela CBF. Esse panorama, segundo a reportagem, ajuda a compreender como a Confederação funcionava como uma rede de articulação política que utilizava recursos financeiros para manter um esquema de corrupção e privilégios.

A publicação teve uma ampla repercussão e o caso passou a circular rapidamente tanto na mídia tradicional quanto nas plataformas digitais, ampliando de maneira significativa o alcance da matéria. No X (antigo Twitter), diversos usuários repercutiam as denúncias feitas pela revista ‘Piauí’ e cobraram posicionamentos de jornalistas esportivos e das grandes emissoras sobre o tema.

Figura 10: Reportagem “Coisas Extravagantes - Uma radiografia da gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF” publicada pela revista ‘Piauí’

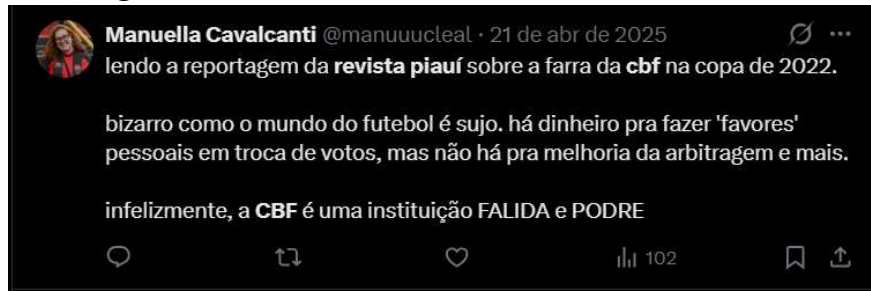


Fonte: Revista ‘Piauí’, 2025

O conteúdo da matéria também impulsionou debates sobre as relações entre imprensa e entidades esportivas, além da atuação da mídia esportiva diante das denúncias envolvendo a CBF. Em um cenário marcado pela rápida circulação das informações nas plataformas digitais, a repercussão *online* evidencia como as redes sociais passaram a exercer um papel importante na pressão pública sobre os jornalistas, emissoras e as instituições ligadas ao futebol brasileiro.

Essa dinâmica evidencia uma das principais transformações provocadas pela digitalização do jornalismo, na qual as plataformas digitais passam a interferir não apenas na circulação das informações, mas também nos processos de visibilidade e repercussão dos acontecimentos jornalísticos. Conforme discutem Poell, Nieborg e Van Dijck (2020), as plataformas reorganizam as relações entre veículos de comunicação, jornalistas e públicos ao estabelecerem novas formas de distribuição e interação. No caso da ESPN, a repercussão nas redes sociais ampliou o debate sobre a cobertura da CBF e evidenciou como os profissionais e as empresas jornalísticas passam a lidar com novas formas de pressão no ambiente digital.

Figura 11: Comentário de uma usuária sobre o tema



Fonte: X (@manuuuclal), 2025

Figura 12: Comentário de um usuário pedindo o posicionamento do jornalista André Rizek



Fonte: X (@delaurentiis_br), 2025

Figura 13: Publicação do 'Lance!' sobre o comentário do Galvão Bueno em seu programa na Band



Fonte: X (@lancenet), 2025

Já na mídia tradicional, o caso foi repercutido por diversos veículos, como ‘Lance!’, ‘Estadão’, ‘O Globo’ e ‘UOL’, que passaram a acompanhar os desdobramentos das denúncias publicadas pela revista ‘Piauí’. As matérias abordam desde as acusações envolvendo Ednaldo Rodrigues até os impactos institucionais causados pela repercussão do caso no futebol brasileiro.

Entre os desdobramentos repercutidos pela imprensa, se destaca a matéria “CBF perde patrocínios de empresas após denúncias da Revista Piauí”, publicada no dia 24 de abril de 2025 pelo portal ‘Lance!’. A reportagem aponta que a entidade perdeu patrocinadores importantes após as denúncias envolvendo a gestão da confederação feitas pela ‘Piauí’. Segundo o ‘Lance!’, empresas, como GOL Linhas Aéreas, Mastercard, Pague Menos e TCL Semp, encerraram seus vínculos comerciais com a CBF após a circulação do caso na mídia.

A repercussão da reportagem também alcançou os programas esportivos da televisão. Entre eles, o programa ‘Linha de Passe’, da ESPN dedicou uma edição inteira à discussão das informações divulgadas pela revista ‘Piauí’, levando o debate para um dos principais programas de análise do futebol brasileiro.

Exibido desde 1998, o programa se consolidou como um espaço de discussão sobre os principais acontecimentos do futebol nacional e internacional, reunindo jornalistas especializados para debater temas relacionados ao esporte. O programa no dia 7 de abril de 2025 foi inteiramente dedicado a repercutir as denúncias apresentadas pelo jornalista Allan de Abreu sobre a gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF.

Participaram do debate os jornalistas Dimas Coppede, Gian Oddi, Paulo Calçade, Pedro Ivo Almeida, Victor Birner e William Tavares. Durante a transmissão, os comentaristas repercutiram as principais denúncias apresentadas pela revista ‘Piauí’, discutindo temas, como os gastos da CBF, a situação da arbitragem brasileira, as relações políticas envolvendo Ednaldo Rodrigues e os possíveis impactos dessas denúncias para a administração da Confederação Brasileira de Futebol.

A edição do ‘Linha de Passe’ rapidamente ganhou repercussão ainda antes de ir ao ar. Segundo informações publicadas pelo ‘UOL’³ e confirmadas pelo ‘Estadão’⁴, a Confederação Brasileira de Futebol tomou conhecimento de que o programa discutiria a reportagem da

³ Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2025/04/09/espn-afasta-6-jornalistas-apos-programa-c-om-criticas-a-gestao-da-cbf.htm>> Acesso em: 26 jun 2026.

⁴ Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/programa-da-espn-com-criticas-a-cbf-gera-atrito-entre-emissora-e-entidade/?srsId=AfmBOopVANUd4OxBn3OSb5H9Flvv7h6UNBbT_pv14P1BfHoe5lCg_ZAt> Acesso em: 26 jun 2026.

‘Piauí’ após uma postagem feita pelo jornalista Gian Oddi no X (antigo Twitter). De acordo com as reportagens, os representantes da CBF entraram em contato com a direção da ESPN para tratar o conteúdo da edição. A emissora informou que não se tratava de um programa inteiramente dedicado às denúncias envolvendo a entidade.

Figura 14: Publicação do Gian Oddi sobre o programa ‘Linha de Passe’



Fonte: X (@gianoddi), 2025

No dia seguinte à exibição do programa, os seis jornalistas que participaram da edição foram chamados para uma reunião com a direção da ESPN e acabaram afastados temporariamente da programação da emissora. A informação foi inicialmente divulgada pelo ‘UOL’ e depois confirmada por diferentes meios de comunicação, como o ‘Estadão’ e o ‘Correio do Povo’.

O afastamento dos jornalistas após a exibição do programa evidencia as tensões existentes entre a autonomia jornalística e os interesses institucionais que atravessam as empresas de comunicação. Nesse contexto, a liberdade de imprensa não envolve apenas a possibilidade de divulgação de informações, mas também as condições que permitem o exercício da atividade jornalística com autonomia. Mesmo com a justificativa apresentada

pela ESPN de que a decisão estava relacionada aos procedimentos internos da emissora, o episódio gerou questionamentos sobre os limites da autonomia editorial em situações que envolvem instituições esportivas com influência política e econômica.

Figura 15: Matéria da UOL sobre o afastamento dos jornalistas

Futebol

ESPN suspende participação de 6 jornalistas após programa com crítica à CBF

Leo Burlá e Thiago Arantes • Do UOL, em São Paulo
09/04/2025 11h50 • Atualizada em 09/04/2025 19h08

WhatsApp Compartilhar Comentários +99

❗ Errata: este conteúdo foi alterado

Resumo

A ESPN suspendeu os jornalistas Dimas Coppede, Gian Oddi, Paulo Calçade, Pedro Ivo Almeida, Victor Birner e William Tavares. A decisão se deu após a realização de um 'Linha de Passe' que discutiu as denúncias publicadas pela 'piaui' sobre a gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF.

O que aconteceu

- Realizado na última segunda-feira, o programa debateu as



Bancada do programa Linha de Passe, da ESPN, na segunda-feira dia 7 de abril

Imagem: Reprodução/ESPN+

Fonte: UOL, 2025

De acordo com as reportagens, a justificativa apresentada pela ESPN foi a existência de um “erro processual”. Segundo o ‘Estado’, os setores da empresa, como o departamento comercial e de marketing, não teriam sido previamente informados a respeito da realização do programa especial sobre às denúncias envolvendo a CBF. A direção da emissora afirmou que a edição temática não teria seguido todos os procedimentos internos normalmente adotados pela ESPN para esse tipo de programa.

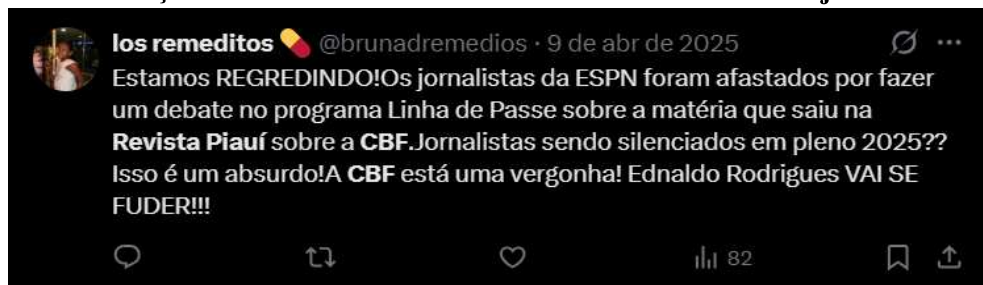
Figura 16: Matéria da Estadão sobre o afastamento dos jornalistas



Fonte: Estadão, 2025

O afastamento dos jornalistas provocou uma grande repercussão nas plataformas digitais. No X (antigo Twitter), o episódio rapidamente entrou entre os assuntos mais comentados do momento da plataforma, também chamado de *trending topics*. Conforme destacou o jornal ‘O Dia’⁵, diversos perfis utilizavam termos como “censura”, “ditadura”, “absurdo” e “bizarro” para criticar tanto a postura da emissora quanto a influência exercida pela CBF sobre a cobertura jornalística do caso.

Figura 17: Publicação de um usuário do X sobre o afastamento dos jornalistas da ESPN



Fonte: X (@brunadremédios), 2025

⁵ Disponível em: <[Afastamento de jornalistas da ESPN por críticas à CBF gera onda de revolta nas redes sociais | Esporte | O Dia](#)> Acesso em: 26 jun 2026.

Figura 18: Publicação do jornalista Mario Sabino sobre o afastamento dos jornalistas da ESPN



Fonte: X (@mariosabinof), 2025

Figura 19: Publicação de um usuário do X sobre o afastamento dos jornalistas da ESPN



Fonte: X (@paisoltaram), 2025

Figura 20: Publicação do jornalista José Trajano sobre o afastamento dos jornalistas da ESPN



Fonte: X (@ultrajano), 2025

Figura 21: Publicação de uma página de futebol sobre o afastamento dos jornalistas da ESPN



Fonte: X (@DataFutebol), 2025

Figura 22: Publicação de uma página de futebol sobre o afastamento dos jornalistas da ESPN



Fonte: X (@oocbrsao), 2025

Em meio às discussões, diversos usuários passaram a questionar os limites da independência editorial dos veículos de comunicação que, ao mesmo tempo em que realizam a cobertura jornalística, mantém relações comerciais com entidades esportivas por meio de aquisições de direitos de transmissão de campeonatos de futebol.

A questão evidencia uma tensão mais ampla entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa, já que o jornalismo é desenvolvido dentro de organizações que possuem interesses econômicos e institucionais próprios. Conforme discute Bucci (2013), a liberdade de imprensa não se limita à possibilidade formal de publicar informações, mas depende das condições que garantem o exercício da atividade jornalística com autonomia. Nesse sentido, as disputas que envolvem a imprensa ultrapassam a atuação individual dos profissionais e alcançam as próprias estruturas das empresas de comunicação.

Enquanto a repercussão crescia nas plataformas digitais, diferentes meios de comunicação continuavam acompanhando os desdobramentos do caso. A própria CBF divulgou uma nota afirmando que respeitava a liberdade de imprensa e negando ter solicitado qualquer tipo de interferência na linha editorial da ESPN. De acordo com a entidade, qualquer narrativa em sentido contrário seria “mentirosa e leviana”: “Não procede. A CBF respeita a liberdade de imprensa com responsabilidade e não pede interferências de nenhum tipo na linha editorial de veículos de comunicação. Qualquer narrativa diferente desta é mentirosa e leviana” (LANCÉ!, 2025)

Na quinta-feira, dia 10 de abril, os jornalistas retornaram normalmente ao programa 'Linha de Passe'. Em uma declaração publicada pelo portal 'Lance!'⁶, Gian Oddi afirmou que o afastamento não teria acontecido em razão das críticas feitas à CBF, mas por questões relacionadas aos procedimentos internos da emissora. O jornalista também disse que só estaria retornando ao programa porque tinha a certeza de que continuaria exercendo o seu trabalho com a mesma liberdade editorial que sempre teve desde a sua chegada à ESPN.

Mesmo com o retorno dos jornalistas, o episódio permaneceu em debate por vários dias. O caso passou a ser citado como um dos principais desdobramentos da reportagem publicada pela revista 'Piauí', ampliando as discussões sobre as relações entre jornalismo esportivo, interesses econômicos e cobertura crítica das entidades responsáveis pela organização do futebol brasileiro.

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS CASOS

O episódio envolvendo a reportagem da revista 'Piauí' e o afastamento temporário dos seis jornalistas da ESPN vai além de um conflito pontual entre a emissora e a CBF. O caso evidencia as tensões que atravessam o jornalismo esportivo, envolvendo a autonomia editorial, interesses econômicos, relações de poder e a circulação das informações no meio digital. Ao mesmo tempo, permite refletir sobre como essas pressões se manifestam na prática jornalística e quais são os impactos na liberdade de expressão e na independência da cobertura esportiva.

Durante o regime militar, a revista 'Placar' conseguiu contornar a forte censura imposta à imprensa ao utilizar o futebol como um código de comunicação. Em diversas publicações, temas considerados sensíveis eram abordados de forma indireta, permitindo discutir questões, como liberdade de expressão, abuso de poder e democracia sob o pretexto de analisar táticas, bastidores e acontecimentos do futebol. Além disso, a revista publicou reportagens que evidenciaram a influência do regime militar sobre o esporte, como no caso da demissão de João Saldanha, utilizada para demonstrar a submissão do futebol aos interesses políticos da época.

Já o episódio envolvendo a ESPN ocorreu em um contexto democrático, no qual não havia censura estatal sobre a atuação da imprensa brasileira. Entretanto, o afastamento temporário dos seis jornalistas ocorreu após a repercussão da reportagem publicada pela

⁶ Disponível em:

<<https://www.lance.com.br/fora-de-campo/gian-oddi-abre-o-jogo-sobre-afastamento-da-espn.html>> Acesso em: 26 jun 2026.

revista ‘Piauí’, relacionada a denúncias de corrupção envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O episódio evidencia que a autonomia editorial também pode ser tensionada por interesses econômicos e institucionais presentes no mercado esportivo. Dessa maneira, a situação vivenciada pelos jornalistas da emissora demonstra que as pressões sobre o exercício do jornalismo não desapareceram com o fim da ditadura militar, mas passaram a assumir novas formas.

Embora os casos estejam separados por 30 anos, os dois episódios demonstram que a autonomia dos jornalistas continua sendo atravessada por relações de poder. Nesse sentido, Venício A. de Lima (2012) ajuda a compreender a diferença entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa, mostrando que não se trata apenas da ausência de censura estatal, mas também das pressões econômicas e institucionais que interferem na produção da informação. Já Eugênio Bucci (2008) reforça que a liberdade de imprensa está ligada ao direito do cidadão à informação, o que desloca o jornalismo para uma dimensão de responsabilidade pública. Dessa forma, a garantia legal da liberdade de imprensa não assegura sua prática. Os casos evidenciam o abismo entre o direito formal e a realidade do trabalho jornalístico, moldado por pressões que mudam conforme o momento histórico.

Além das mudanças nas formas de pressão sobre o jornalismo, ambos os casos mostram as transformações na maneira como ocorre a circulação das informações. Enquanto as reportagens da revista ‘Placar’ circulavam em um contexto marcado pelo domínio da mídia impressa e por processos editoriais mais centralizados, o caso envolvendo a ESPN se desenvolve em um ambiente digital, em que a informação passou a circular de maneira simultânea em diferentes plataformas, como em portais de notícias, programas esportivos e em redes sociais.

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir da lógica de redes proposta por Manuel Castells (1999). De acordo com o autor, a sociedade contemporânea se organiza através de fluxos de informação descentralizados e interconectados, permitindo, dessa forma, que diferentes atores participem da circulação e reorganização dos conteúdos. No caso analisado, a reportagem publicada pela revista ‘Piauí’ deixou de circular apenas no ambiente da revista e passou a ser constantemente retomada e reinterpretada por outros veículos de comunicação e pelas plataformas digitais, aumentando de forma significativa a sua visibilidade.

Essa nova dinâmica também modifica a forma como os acontecimentos jornalísticos passam a ser discutidos publicamente. De acordo com Wilson Gomes (2005), os ambientes digitais ampliam as possibilidades de debate ao oferecer diferentes espaços para a circulação de opiniões e também permitir a participação dos cidadãos na discussão de temas de interesse

público. Nesse contexto, a reportagem da revista ‘Piauí’ ultrapassou seu espaço original e passou a ser retomada e reinterpretada em diferentes meios e plataformas digitais.

No episódio envolvendo a ESPN, essa característica se tornou ainda mais evidente devido à rapidez em que o caso ganhou repercussão nas plataformas digitais após a reportagem ser debatida no programa ‘Linha de Passe’. As críticas ao afastamento dos seis jornalistas ultrapassaram os limites da própria emissora e passaram a mobilizar os usuários, jornalistas e outros veículos de comunicação, ampliando o debate sobre liberdade de imprensa, autonomia editorial e relações entre mídia e entidades esportivas, o que demonstra que a visibilidade também se torna um elemento de poder, já que a circulação ampliada não apenas informa, mas também influencia as interpretações públicas e amplia as pressões sobre os envolvidos.

Esse processo é ainda mais intenso no jornalismo esportivo, que, segundo Maia (2020), possui uma forte capacidade de mobilização emocional do público, o que contribui para o aumento de debates e engajamentos. Além disso, Zart (2023) observa que a cobertura em tempo real e a lógica multiplataforma aumentam a pressão sobre os jornalistas e aceleram a circulação das informações no ambiente digital.

Essa realidade contrasta com o contexto vivido pela revista ‘Placar’ durante o regime militar. Naquele período, a circulação das informações estava diretamente vinculada à mídia impressa, tornando o acesso às reportagens mais lento e limitando as possibilidades de participação imediata do público. No episódio envolvendo a ESPN, por outro lado, se observa uma dinâmica marcada pela comunicação em rede, na qual a circulação das informações e a interação entre os usuários contribuem para ampliar a visibilidade dos acontecimentos e fortalecer os espaços de debate público.

A comparação entre os dois episódios permite perceber que a relação entre imprensa e poder permanece presente no jornalismo esportivo brasileiro, embora assuma configurações distintas em cada contexto histórico. No caso da revista ‘Placar’, as limitações ao trabalho jornalístico estavam diretamente associadas à atuação do Estado durante a ditadura militar. Já no episódio envolvendo a ESPN, as tensões surgem em um ambiente democrático, no qual a influência decorre principalmente das relações institucionais e comerciais estabelecidas entre emissoras de televisão e entidades responsáveis pela organização do futebol brasileiro.

Assim, embora os mecanismos de pressão tenham se transformado ao longo do tempo, a prática jornalística continua atravessada por disputas de poder. Se antes estavam concentradas na censura estatal, hoje se manifestam sobretudo por dinâmicas econômicas, institucionais e digitais que condicionam a autonomia do jornalismo esportivo. A comparação

entre os dois episódios demonstra que, apesar das mudanças nos contextos históricos e tecnológicos, permanecem os desafios para garantir uma atuação jornalística verdadeiramente independente e comprometida com o interesse público.

A comparação entre os dois episódios reforça, por fim, que o jornalismo esportivo brasileiro permanece atravessado por disputas que se reorganizam ao longo do tempo, sem desaparecer. Apesar das diferenças entre o contexto da ditadura militar e o cenário democrático contemporâneo, com seus distintos mecanismos de controle e influência, em ambos os casos a autonomia jornalística se revela limitada por fatores externos à prática profissional. Nesse sentido, a análise indica que não se trata de uma superação histórica dessas pressões, mas de sua transformação. Assim, a liberdade de imprensa no jornalismo esportivo não se apresenta como um princípio plenamente realizado, mas como um campo em constante tensão, permanentemente negociado e disputado.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou como as tensões entre a liberdade de imprensa, a liberdade de empresa e as pressões institucionais se manifestam no jornalismo esportivo, a partir da análise comparativa de dois objetos distintos, inseridos em contextos diferentes: a trajetória da revista ‘Placar’, especialmente durante e após a gestão de Juca Kfoury, e o caso envolvendo os seis jornalistas da ESPN após as repercussões de críticas à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no programa ‘Linha de Passe’.

Os resultados da pesquisa indicam que os conflitos entre a autonomia jornalística e os interesses econômicos e institucionais não estabelecem um fenômeno recente ou restrito ao ambiente digital. No caso da ‘Placar’, observa-se que a construção de uma identidade editorial crítica e investigativa sempre esteve atravessada por disputas internas e externas, tanto relacionadas à lógica empresarial quanto às dinâmicas políticas e econômicas que envolvem o futebol brasileiro. Nesse sentido, a trajetória da revista mostra que a autonomia jornalística, mesmo em veículos com uma forte tradição crítica, não se configura como um atributo estável, mas como uma condição permanentemente tensionada pelas relações entre o projeto editorial do veículo, sua estrutura empresarial e os interesses envolvidos na manutenção da publicação.

A saída de Juca Kfoury e as transformações editoriais posteriores devem ser compreendidas menos como eventos isolados e mais como expressões de um conflito entre projetos distintos de jornalismo. De um lado, um modelo orientado à função social da informação, ao jornalismo investigativo e ao debate público; de outro, uma lógica que também considera as necessidades empresariais do veículo, relacionadas à sua organização, manutenção e posicionamento no mercado. Essa relação evidencia que a liberdade de empresa, embora necessária para a existência dos meios de comunicação, pode entrar em tensão com a autonomia jornalística quando critérios empresariais passam a influenciar decisões editoriais.

No caso da ESPN, se observa a permanência dessas tensões em um cenário reconfigurado pela digitalização. A circulação acelerada das informações, a amplificação algorítmica e a dinâmica de engajamento das plataformas digitais alteram significativamente as condições de produção e recepção do discurso jornalístico. Nesse contexto, as manifestações editoriais e os posicionamentos dos profissionais passam a ser imediatamente

expostos a reações públicas intensas, o que contribui para a ampliação das pressões institucionais e simbólicas sobre os jornalistas.

Embora se tratem de objetos de pesquisa distintos, separados por aproximadamente três décadas e inseridos em contextos tecnológicos diferentes, a análise comparativa permitiu identificar um ponto de convergência: a autonomia jornalística continua sendo constantemente negociada diante de interesses econômicos, institucionais e políticos. O que se transforma, portanto, não é a existência dessas tensões, mas as formas pelas quais elas se manifestam e ganham visibilidade. Se, no caso da ‘Placar’, as disputas se concentravam majoritariamente no interior das organizações jornalísticas e nas relações com o mercado editorial, no cenário contemporâneo elas se expandem para um ecossistema mais complexo, no qual plataformas digitais, audiência ativa e instituições esportivas participam diretamente da disputa pela narrativa.

Dessa forma, a pesquisa evidencia que a autonomia do jornalismo esportivo não pode ser compreendida de maneira abstrata ou desvinculada de suas condições materiais de produção. A distinção entre liberdade de imprensa e liberdade de empresa mostra-se fundamental para compreender que a atuação jornalística não depende apenas da autonomia individual dos profissionais, mas também das estruturas empresariais nas quais os veículos estão inseridos. Embora a liberdade de empresa seja essencial para a organização e manutenção dos meios de comunicação, ela também representa uma dimensão de poder capaz de influenciar os critérios editoriais e os caminhos adotados pelas empresas jornalísticas.

Além de contribuir para a compreensão dos dois episódios analisados, este estudo demonstra que a digitalização não inaugurou os conflitos relacionados à autonomia jornalística, mas modificou a forma como eles se manifestam, ampliando sua visibilidade, velocidade e alcance. Ao aproximar dois casos separados por contextos históricos distintos, a pesquisa evidencia que as pressões sobre o jornalismo esportivo assumem novas configurações sem perder sua essência, reforçando a importância de analisar essas mudanças para além das transformações tecnológicas.

Assim, a análise comparativa entre esses dois objetos permite responder ao problema de pesquisa ao demonstrar que a digitalização modificou as formas de manifestação das pressões sobre o jornalismo esportivo, mas não sua origem. Os conflitos entre autonomia jornalística, interesses empresariais e disputas institucionais permanecem presentes, embora reorganizados pelas características do ambiente digital e pela crescente influência das plataformas na circulação da informação.

Conclui-se, portanto, que o jornalismo esportivo é um campo marcado por disputas permanentes, no qual a produção da informação é atravessada por disputas de poder que se reorganizam ao longo do tempo. As transformações tecnológicas não eliminam essas tensões, mas reconfiguram as formas pelas quais elas se manifestam, ampliando sua velocidade, alcance e complexidade no ambiente digital contemporâneo.

Além das contribuições apresentadas neste estudo, a pesquisa também evidencia possibilidades para investigações futuras. Os resultados obtidos indicam caminhos para o aprofundamento das discussões sobre as relações entre jornalismo esportivo, plataformas digitais, autonomia editorial e interesses econômicos, especialmente diante das constantes transformações que atravessam esse campo. Nesse sentido, este trabalho também representa um ponto de partida para a continuidade dessa investigação em nível de mestrado. Espera-se, ainda, que esta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento de novos estudos sobre o tema e para o fortalecimento desse campo de pesquisa.

Dessa forma, o estudo reforça que as disputas em torno da autonomia jornalística no esporte não são exceções pontuais, mas parte constitutiva do próprio funcionamento desse campo, sendo continuamente reorganizadas pelas transformações econômicas, institucionais e tecnológicas que atravessam o jornalismo esportivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Allan de. **Coisas extravagantes: uma radiografia da gestão de Ednaldo Rodrigues na CBF**. Revista Piauí, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://piaui.uol.com.br/revista/223/uma-radiografia-da-gestao-de-ednaldo-rodrigues-na-cbf/>. Acesso em: 26 jun. 2026.
- ARON, Paul, ROSIER, Laurence, COOKE, Ruadhán, THÉRENTY, Marie-Ève, GONZALEZ Ruben Arnoldo, **As escritas do jornalismo esportivo**, Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo [En ligne, online], Vol 10, n°2 - 2021.
- BARROS, Janaina Visibeli; MARQUES, Ana Flávia; KINOSHITA, Jamir; MOLIANI, João Augusto; SILVA, Naiana Rodrigues da; GROHMANN, Rafael. **A plataformização do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa**. Avatares de la Comunicación y la Cultura, n. 21, 2021. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/avatares/article/view/6320>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BRINATI, Francisco Ângelo. **Jornalismo Esportivo e representações no futebol**. *FuLiA / UFMG*, v. 5, n. 1, jan.-abr., 2020.
- BUCCI, E.; AUGUSTO JUNIOR, S. N. **A liberdade de imprensa e a liberdade na publicidade**. Comunicação Mídia e Consumo, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 33–48, 2012. DOI: 10.18568/cmc.v9i24.235. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/235>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- BUCCI, Eugênio. **Os 200 anos da imprensa sob o prisma da liberdade**. Revista UFG / Dezembro 2008 / Ano X. n° 5. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Frevistas.ufg.br%2Frevistaufg%2Farticle%2Fdownload%2F48204%2F23556%2F201932>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BURLÁ, L.; ARANTES, T. **ESPN afasta seis jornalistas após programa com críticas à gestão da CBF**. UOL Esporte, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2025/04/09/espn-afasta-6-jornalistas-apos-programa-com-criticas-a-gestao-da-cbf.htm>. Acesso em: 26 jun. 2026.
- CARVALHO, Guilherme; FIGUEIRA, João. **Historiografia da censura à imprensa brasileira: tradição, permanência e particularidades**. Tempo 28 (3) • Sep-Dec 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/g4pTYMpFmQtTqQs5B3FYvVL/>. Acesso em: 13 de jul. 2025.
- CAVALCANTI, Manuella (@manuuucleal). “Lendo a reportagem da revista”. In: X [S.I.], 21 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/manuuucleal>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- DATAFUT (@DataFutebol). “Isso aqui é bizarro!”. In: X [S.I.], 9 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/DataFutebol/status/1909988215043350847?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otavio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ESTADÃO. **Programa da ESPN com críticas à CBF gera atrito entre emissora e entidade**. O Estado de S. Paulo, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/programa-da-espn-com-criticas-a-cbf-gera-atrito-entre-emissora-e-entidade/>. Acesso em: 26 jun. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. **Jornalista Juca Kfourri deixa o comando da revista "Placar"**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 29 jun. 1995. Esporte. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/29/esporte/13.html>. Acesso em: 26 jun. 2026.

FRANÇA. Assembléia Nacional Constituinte. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, 1789.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LANCE!. **Gian Oddi abre o jogo sobre afastamento da ESPN**. Lance!, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://www.lance.com.br/fora-de-campo/gian-oddi-abre-o-jogo-sobre-afastamento-da-espn.html>. Acesso em: 26 jun. 2026.

LANCE! (@lancenet). “o programa "Galvão e amigos", o narrador”. In: X [S.I], 9 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/lancenet/status/1910099202740301997?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LAURENTIS, De (@delaurentiis_br). “Ele fala de tudo, menos do Ednaldo”. In: X [S.I], 15 abr. 2025. Disponível em: https://x.com/delaurentiis_br/status/1912314358660505678?s=20. Acesso em: 15 jun. 2026.

LEAL, Daniel; MESQUITA, Giovana Borges. **A singularidade da cinquentenária Placar para o contexto histórico do jornalismo esportivo no Brasil**. Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v10.n2.2021.443>. Acesso em: 26 jun. 2026.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade De Expressão X Liberdade De Imprensa: direito à comunicação e à democracia**. Maringá: Publisher, 2012.

KFOURI, Juca. **Ele não desiste nunca**. Entrevista concedida a Celso Sabadin e Francisco Ucha. Publicada originalmente no Jornal da ABI, mar. 2011. Disponível em: <https://doisPontosBlog.wordpress.com/entrevistas/juca-kfourri/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

KFOURI, Juca. **As páginas mais terríveis do nosso futebol**. In: PLACAR, n. 648, 1982, p. 3. São Paulo: Editora Abril.

MAIA, Haline Costa. **Jornalismo Desportivo Na Era de Novos Ecossistemas Tecnológicos: Casos do Grupo Globo e Afiliada RPC**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação - Ramo Jornalismo) - Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2020.

MARTINS, Paulo. **Quando as redes sociais digitais são fontes jornalísticas — uma abordagem a códigos deontológicos**. Comunicação e Sociedade, v. 45, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cs/11094>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MIRANDA, João. **Responsabilidade social: entre a liberdade de imprensa e o enquadramento do mercado**. Universidade da Beira Interior, 2018. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/miranda-joao-2018-responsabilidade-social.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2026.

O DIA. **Afastamento de jornalistas da ESPN por críticas à CBF gera onda de revolta nas redes sociais**. O Dia, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/esporte/2025/04/7035814-afastamento-de-jornalistas-da-espn-por-critic-as-a-cbf-gera-onda-de-revolta-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 26 jun. 2026.

ODDI, Gian (@gianoddi). “Manifestei ontem, no Linha, meu inconformismo”. In: X [S.I], 7 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/gianoddi/status/1909345833318830102?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.NB

OUT OF CONTEXT BRASILEIRÃO (@oocbrsao). “A ditadura voltou?” In: X [S.I], 9 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/oocbrsao/status/1909990673211666603?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.

PAIVA, Raquel. **Esporte e mídia: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2004.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Vol. XXV, nº2, julho/dezembro de 2002. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/420/389>. Acesso em: 14 jul. 2025.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. **Plataformização**. Fronteiras – estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01>. Acesso em: 28 jun. 2026.

PLACAR, n. 2. São Paulo: Editora Abril, 27 mar. 1970.

PLACAR, n. 648. São Paulo: Editora Abril, 22 out. 1982.

PLACAR, n. 656. São Paulo: Editora Abril, 17 dez. 1982.

PLACAR, n. 1101. São Paulo: Editora Abril, mar. 1995.

PLACAR, n. 1102. São Paulo: Editora Abril, abr. 1995.

PLACAR, n. 1106. São Paulo: Editora Abril, ago. 1995.

RANGEL, T. L.; MARTINS, G. K. **Mediação da informação e mediação algorítmica: relações e aproximações**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. *Anais [...]* XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024.

RECUERO, Raquel. **Mídia social, plataforma digital, site de rede social ou rede social? Não é tudo a mesma coisa?** Medium, 9 jul. 2019. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/m%C3%ADdia-social-plataforma-digital-site-de-rede-social-ou-rede-social-n%C3%A3o-%C3%A9-tudo-a-mesma-coisa-d7b54591a9ec>. Acesso em: 28 jun. 2026.

REPORTERS SANS FRONTIÈRES; INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil**. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

REMÉDIOS, Bruna (@brunadremedios). “Estamos REGREDINDO”. In: X [S.I.], 9 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/brunadremedios?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

ROXO, Luciana. **Os desafios do jornalismo profissional no século XXI: jornalismo em rede, deslegitimação e desinformação**. ALCEU (Rio de Janeiro, online), v. 22, n. 48, p. 33-63, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/337>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SABINO, Mario (@mariosabinof). “Sobre a censura”. In: X [S.I.], 10 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/mariosabinof/status/1910401700348698808?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.

SALDANHA, João. **Carta aberta ao futebol brasileiro**. In: PLACAR, n. 2, 1970, p. 22-26. São Paulo: Editora Abril.

SANTANA, Ramon Davi; MERCÊS, Darlaine Pereira Bomfim das; NEVES, Barbara Coelho. **Regimes de informação algorítmicos e o modelo socioeconômico neoliberal vigente**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 25., 2025, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, RJ: ANCIB, 2025.

SOLTARAM (@paisoltaram). “A ESPN morreu”. In: X [S.I.], 9 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/paisoltaram>. Acesso em: 15 jun. 2026.

TRAJANO, José (@ultrajano). “Sou do tempo em que”. In: X [S.I.], 9 abr. 2025. Disponível em: <https://x.com/ultrajano/status/1910043073549348955?s=20>. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNZELTE, Celso Dario. **Futebol em revista no Brasil: dos primeiros títulos à resistente Placar**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2015.

WINQUES, Kérley; LONGHI, Raquel Ritter. **Dos meios às mediações (algorítmicas): mediação, recepção e consumo em plataformas digitais.** MATRIZES, v. 16, n. 2, p. 151-172, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p151-172>. Acesso em: 28 jun. 2026.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 5 ed. Lisboa: Presença, 1999.

ZART, Luiz Henrique. **As regras mudaram e o jogo segue: impactos da tecnologia na prática do jornalismo esportivo.** Revista Estudos e Sociedade, nº38, junho de 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/59858/35898>. Acesso em: 25 mai. 2026.